



Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul
www.tjms.jus.br



Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul
Parque dos Poderes, Bloco 13 - Campo Grande -
www.tjms.jus.br

Relatório da Gestão 2013 / Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul
Campo Grande: Tribunal de Justiça, 2013 - v.I, 72 p.

[Realização](#)
Secretaria de Comunicação
[Imagens](#)
Secretaria de Comunicação
[Impressão](#)
Secretaria de Bens e Serviços

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

Gestão 2013

Presidente

Des. Joenildo de Sousa Chaves

Vice-Presidente

Des. João Batista da Costa Marques

Corregedora-Geral de Justiça

Des^a. Tânia Garcia de Freitas Borges

Diretora-Geral

Zelma Araújo Teixeira Munhoz

Juízes Auxiliares da Presidência

Dr. Odemilson Roberto Castro Fassa

Dr. Olivar Augusto Roberti Coneglian

Dr. Vitor Luis de Oliveira Guibo

Juízes Auxiliares da Vice-Presidência

Dr. Aldo Ferreira da Silva Junior

Dr. Paulo Afonso de Oliveira

Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça

Dr. Fernando Paes de Campos

Dr. Jose Ale Ahmad Netto

Tribunal Pleno

Des. Claudionor Miguel Abss Duarte

Des. Oswaldo Rodrigues de Melo

Des. Josué de Oliveira

Des. Joenildo de Sousa Chaves

Des. Atapoã da Costa Feliz

Des. Hildebrando Coelho Neto

Des. João Maria Lós

Des. Divoncir Schreiner Maran

Des. João Batista da Costa Marques

Des^a. Tânia Garcia de Freitas Borges

Des. Paschoal Carmello Leandro

Des. Julizar Barbosa Trindade

Des. Romero Osme Dias Lopes

Des. Carlos Eduardo Contar

Des. Sérgio Fernandes Martins

Des. Sideni Soncini Pimentel

Des. Dorival Renato Pavan

Des. Vladimir Abreu da Silva

Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva

Des. Fernando Mauro Moreira Marinho

Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso

Des. Dorival Moreira dos Santos

Des. Marco André Nogueira Hanson

Des. Manoel Mendes Carli

Des. Ruy Celso Barbosa Florence

Des. Francisco Gerardo de Sousa

Des. Marcos José de Brito Rodrigues

Des^a. Maria Isabel de Matos Rocha

Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques

Des. Eduardo Machado Rocha

Juiz Vilson Bertelli

Sumário

Apresentação	9
Justiça em Números aponta TJMS como um dos mais eficientes do país.....	10
Desembargadores julgam mais de 38 mil processos.....	11
Judiciário tem mais de 300 mil processos distribuídos em 1º grau.....	12
Vice-Presidência do TJ supera a distribuição processual.....	13
Planejamento estratégico define ações para cinco anos em MS.....	14
Precatórios: Vice-Presidência extingue mais de 4,3 mil processos.....	15
Tribunal de Justiça cria Comitê Estadual de Precatórios.....	16
Corregedoria realiza correições em 45% das comarcas do interior.....	17
COVEP atua para melhorias da execução penal em MS.....	18
Mutirão carcerário analisa mais de 10 mil processos.....	19
Recursos da CEPA beneficiam entidades da Capital.....	20
Colegiado poderá julgar feitos que envolvam organizações criminosas.....	21
Ações da Coordenadoria beneficiam crianças e adolescentes de MS.....	22
Escola Judicial de MS realiza 341 ações em 2013.....	25
Coordenadoria desenvolve ações em defesa da mulher em situação de violência.....	27
Projetos do TJMS atenderão população ribeirinha de Corumbá.....	28
Núcleo de Solução de Conflitos tem 76% de acordos em audiências.....	29
Centro de solução de conflitos é instalado na Anhanguera-Uniderp.....	30
Conselho de Supervisão aprimora Juizados Especiais de MS.....	31
Justiça Itinerante em Dourados amplia acesso ao judiciário.....	33
TJ irá estender Juizado do Trânsito para comarcas do interior.....	34
Link permite avaliação de juízes leigos e conciliadores.....	35
Ouvidoria Judiciária soluciona 89% das reclamações recebidas.....	36
Secretaria do Conselho da Magistratura distribui 1.450 processos.....	37
Controle Interno analisa mais de 4,8 mil processos.....	38
TJMS destaca-se no cumprimento de Metas do Judiciário.....	39

Tribunal já cumpriu 6 metas de 2014 do Planejamento Estratégico.....	40
TJ institui Central de Processamento Eletrônico de Feitos Judiciais	41
Central de Serviços otimiza atendimento de TI	42
Tribunal de Justiça de MS lança novo portal.....	43
Gravação de audiências garante maior agilidade à Justiça de MS.....	44
Tribunal distribui notebooks aos magistrados.....	45
TI implanta monitoramento centralizado de serviços	46
Links redundantes mantêm funcionamento de sistemas da justiça estadual.....	47
Judiciário de MS substitui 1.000 microcomputadores em 2013.....	48
Sistema e-SAJ possibilita emissão de diligência para oficial de justiça	49
Negociação evolui contratos do TJMS com a Softplan	50
TJMS integra e-SAJ com Cadastro Nacional dos Advogados.....	51
Obras melhoram infraestrutura de edificações do Judiciário	52
Gestão de Pessoal implanta ações em prol de servidores	54
Tribunal adquire novos veículos para atender serviços.....	56
Circuito de Bem-Estar visa qualidade de vida no trabalho	57
Auxílio educação infantil beneficia servidores do Judiciário	59
Família de servidores do Judiciário passa a contar com auxílio-funeral	60
Coordenadoria gerencia processos findos das comarcas do interior	61
Biblioteca implanta novo sistema de gerenciamento e segurança	62
Canal eletrônico aproxima presidente do TJMS e servidores	63
TJ inaugura Espaço Cultural Desa. Marilza Lúcia Fortes	64
Tribunal disponibiliza pautas de julgamento em TVs nos plenários.....	65
Comunicação divulga ações do Judiciário de MS	66

Apresentação

Logo que assumi a Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, no dia 1º de fevereiro de 2013, me propus a desenvolver uma gestão compartilhada, com o apoio de meus pares, juízes, servidores e todos os órgãos, tais como Executivo, Legislativo, Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados, para que a justiça sul-mato-grossense preste o melhor atendimento possível à população, maior beneficiada com essa união.

A gestão do Poder Judiciário constitui um desafio para qualquer administrador que esteja à frente da instituição. Para garantir a prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e celeridade aos jurisdicionados, o Tribunal de Justiça tem buscado adequar-se às modernas técnicas de gestão e vem inovando em práticas que colocam mais uma vez a Justiça de Mato Grosso do Sul na vanguarda nacional.

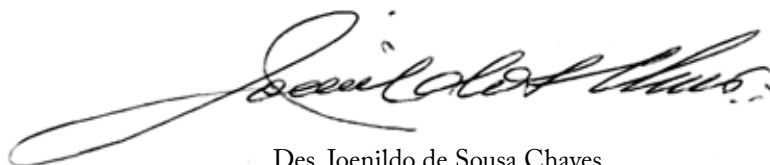
Ao final desse primeiro ano de gestão, cumprindo ao disposto no Regimento Interno do Tribunal, apresento esse relatório com os trabalhos realizados pelo Poder Judiciário em 2013. Esta é a nossa prestação de contas a todos os magistrados, aos servidores e à sociedade em geral.

As principais realizações da gestão que venho conduzindo, ao lado dos desembargadores João Batista da Costa Marques, na Vice-Presidência, e Tânia Garcia de Freitas Borges, na Corregedoria-Geral de Justiça, estão destacadas nessa publicação.

Dentre as diversas ações e projetos desenvolvidos, destaco a implantação da Central de Processamento Eletrônico de Feitos Judiciais, sonho que vejo se realizando em nosso Estado e servindo de paradigma para tribunais de todo o país.

Apesar dos resultados alcançados, o empenho e dedicação será ainda maior nesse ano de 2014, já que estamos em um contínuo aperfeiçoamento da gestão administrativa, absorvendo o impacto das dificuldades inerentes ao processo de gerenciamento institucional.

Boa leitura a todos.



Des. Joenildo de Sousa Chaves
Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

Justiça em Números aponta TJMS como um dos mais eficientes do país

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, com outros quatro TJs do país, alcançou, em 2012, resultado máximo de produtividade dentre os tribunais estaduais, segundo o Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus). É o que mostra o Relatório da Pesquisa Justiça em Números 2013 divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De acordo com o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), esses tribunais foram capazes de baixar mais processos comparativamente aos demais de mesmo porte e com recursos semelhantes. O resultado foi alcançado mesmo com a diminuição de aproximadamente 1% do número de servidores efetivos e magistrados.

No ano de 2012, referência utilizada para a elaboração do relatório, o estoque de processos da justiça sul-mato-grossense diminuiu em 95.861 processos, índice que representa o 2º melhor aproveitamento dentre os tribunais de justiça do país. Nesse ano foram baixados 400.728 processos e entraram 304.867 novos casos, aproveitamento de 131,4%.

Em relação à taxa de congestionamento, grande problema detectado pelo CNJ no judiciário nacional, o Judiciário de MS apresentou o resultado de 51,2%, 4º melhor desempenho da justiça estadual. De cada 100 processos, cerca de 49 foram baixados no ano.

Detalhando a taxa estadual, nota-se o aproveitamento muito acima da média nos processos dos Juizados Especiais, 2º Grau e Turmas Recursais que, respectivamente, baixaram cerca de 89, 81 e 78 de cada 100 processos no ano de 2012.

Com referência apenas aos processos na fase de conhecimento, a taxa de congestionamento, somada a justiça de 1º Grau e Juizados, atinge o resultado de 30,04%, ou seja, de cada 100 processos nesta fase, 70 são baixados.

Do total de casos pendentes na justiça estadual, 46% são de processos de execução fiscal, ou seja, ações judiciais de cobranças de títulos extrajudiciais fiscais. Em MS são mais de 231 mil processos ajuizados pelo poder público contra o particular por dívidas relacionadas a tributos.

Exemplo – Com os resultados alcançados, o presidente do Tribunal de Justiça de MS, Des. Joenildo de Sousa Chaves, apresentou as boas práticas aplicadas na justiça sul-mato-grossense em evento do Conselho Nacional de Justiça no mês de outubro em Brasília.



Desembargadores julgam mais de 38 mil processos



O desembargadores que compõem o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul julgaram 38.503 processos somente nos 10 primeiros meses de 2013. A distribuição ficou em 41.171 novos feitos.

Dentre os processos julgados, foram 26.337 acórdãos dos colegiados e 12.325 decisões monocráticas dos desembargadores. Do total de processos distribuídos, 30.649 ingressaram em formato eletrônico e 10.524 feitos físicos.

A classe processual com o maior número de feitos foi de apelações cíveis, 12.770, seguida de agravos de instrumento, 7.979, e agravos regimentais, 4.597.

Os dados fornecidos dizem respeito às Câmaras, Seções e ao Órgão Especial, estando excluídas a Presidência e a Vice-Presidência.

Judiciário tem mais de 300 mil processos distribuídos em 1º grau

A justiça de 1º grau de MS teve 338.339 processos distribuídos no período de janeiro a outubro de 2013. Deste total, foram 236.791 processos na Justiça Comum e 101.548 nos Juizados.

Foram arquivados definitivamente 319.182 feitos na Justiça Comum e 114.805 no Juizados, totalizando 433.987. Tanto na justiça comum, quanto nos juizados, o número de feitos arquivados definitivamente foi maior que o de distribuídos no período. Em tramitação em outubro de 2013, o Poder Judiciário apresentava um total de 729.165 processos em andamento.

Em relação às movimentações do Poder Judiciário, entre janeiro e outubro de 2013, o número de sentenças, decisões interlocutórias e despachos na Justiça Comum foi de 144.547 sentenças, 181.580 decisões interlocutórias e 587.019 despachos. Nos Juizados foram 93.885 sentenças, 25.393 decisões interlocutórias e 95.356 despachos. O total geral da movimentação foi de 238.402 sentenças, 206.973 decisões interlocutórias e 682.375 despachos.



Vice-Presidência do TJ supera a distribuição processual



Nos primeiros 10 meses de 2013, a Vice-Presidência do TJMS superou a quantidade de feitos distribuídos dentre recursos especiais e recursos extraordinários. Tramitam no órgão ainda os processos referentes a Precatórios, Pedido de Intervenção Estadual em Precatórios, Petições, Requisições de Pequeno Valor e Incidentes em Precatórios.

As ações mais distribuídas, no período de janeiro a outubro de 2013, foram as de Recurso Especial, com 6.468 novos processos, sendo emitidas 7.951 decisões sobre esse recurso no mesmo período, o que significa que foram decididos quase 1,5 mil processos a mais do que a distribuição, diminuindo o estoque processual.

No mesmo período entraram no Judiciário 1.009 Recursos Extraordinários, sendo julgados 1.346 feitos.

Admissibilidade de recursos – Nos primeiros 10 meses de 2013, a Vice-Presidência admitiu 32 recursos extraordinários e negou 647. Em relação aos recursos especiais, 599 foram admitidos e encaminhados ao STF e 5.566 tiveram seguimento negado.



Planejamento estratégico define ações para cinco anos em MS

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul criou, no mês de março de 2013, o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos. A medida visa melhorar ainda mais o acompanhamento do trâmite de recursos repetitivos nos tribunais e acompanhar as decisões dos tribunais superiores.

O Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER) é órgão consultivo da Vice-Presidência do TJMS para as questões relativas ao juízo de admissibilidade de recurso extraordinário e de recurso especial, assim como do gerenciamento de acervo de processos sobrestados em decorrência dos institutos da repercussão geral e dos recursos repetitivos.

Entre as atribuições do NURER estão a uniformização do gerenciamento de processos submetidos à sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos, o monitoramento de recursos dirigidos ao STF ou ao STJ, a fim de identificar controvérsias e subsidiar a seleção, pelo órgão competente, de um ou mais recursos representativos da controvérsia, manter e disponibilizar dados atualizados sobre os recursos sobrestados no Tribunal, identificando o acervo a partir do tema e do recurso paradigma e auxiliar os órgãos julgadores na gestão do acervo sobrestado.

Precatórios: Vice-Presidência extingue mais de 4,3 mil processos



No ano de 2013, no período de 7 de janeiro a 5 de novembro, a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de MS determinou o pagamento de valores de 4.305 processos, entre precatórios e requisições de pequeno valor. Do total foram 2.698 precatórios extintos e 1.607 requisições de pequeno valor (RPV).

Em valores foram pagos R\$ 96.373.580,29, dos quais R\$ 92.144.532,66 em precatórios e R\$ 4.229.047,63 em RPV. Com esses pagamentos, o Poder Judiciário, particularmente nesta fase processual, garante que as obrigações sejam cumpridas, que recursos econômicos circulem na economia e, principalmente, restaura o respeito e dignidade a muitas pessoas.

O Departamento de Precatórios da Secretaria Judiciária do TJMS efetuou em 2013 a digitalização dos processos, tornando-os eletrônicos e imprimindo maior celeridade nos atos, bloqueios judiciais para garantir o pagamento (BACENJUD), implementação do programa de cálculos de atualização de valores de precatórios (SAPRE) e ampla divulgação no Portal do TJMS, dando publicidade e transparência aos atos processuais referentes aos precatórios.

Tribunal de Justiça cria Comitê Estadual de Precatórios

O Tribunal de Justiça instituiu, no mês de junho de 2013, o Comitê de Precatórios de Mato Grosso do Sul, que tem a função de estabelecer a comunicação do Tribunal com o Comitê Nacional de Precatórios e com o Fórum Nacional de Precatórios (FONAPREC).

O Comitê é composto pelo juiz auxiliar da Vice-Presidência, Aldo Ferreira Junior, membro titular do Comitê Gestor das Contas Especiais de Pagamento de Precatório, pelo juiz auxiliar da Vice-Presidência, Paulo Afonso de Oliveira, como suplente, pelo advogado Felipe Barbosa da Silva, representante da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado, pelo promotor de justiça João Albino Cardoso Filho, representante do Ministério Público Estadual, pelo procurador da República Rodrigo Timóteo da Costa e Silva, representante do Ministério Público Federal, e pelo procurador Celso Henrique Rodrigues Fortes, representante da Procuradoria Geral do Estado.

A criação do Comitê é uma orientação da Resolução 158 do Conselho Nacional de Justiça, que criou o FONAPREC para propor atos normativos voltados à implantação e modernização de rotinas, à organização, à especialização e à estruturação dos órgãos competentes para atuação na gestão de precatórios nos tribunais de justiça;

o estudo e a proposição de medidas para o aprimoramento da legislação pertinente, incluindo a solução, a prevenção de problemas e a regularização das questões que envolvam o tema; instituir medidas concretas e ações coordenadas com vistas à regularização do pagamento de precatórios, como garantia de efetividade da prestação jurisdicional e respeito ao Estado de Direito; congrega magistrados vinculados à matéria nos Estados e Distrito Federal; aperfeiçoar o sistema de gestão de precatórios e promover a atualização de seus membros pelo intercâmbio de conhecimentos e de experiências; uniformizar métodos de trabalhos, procedimentos e editar enunciados e manter intercâmbio, dentro dos limites de sua finalidade, com entidades de natureza jurídica e social do país e do exterior, conforme estabelece o artigo 2º da Resolução.



Corregedoria realiza correções em 45% das comarcas do interior

Sob gestão e orientação da Des.^a Tânia Garcia de Freitas Borges, a Corregedoria-Geral de Justiça, ao longo do ano de 2013, desenvolveu diversas ações que alcançaram o objetivo de dinamizar, informar, auxiliar e garantir o necessário para o desempenho dos deveres do judiciário sul-mato-grossense.

Durante o ano, das 53 comarcas do interior de MS, 24 passaram por correção, o que corresponde a 45% do total. Dessas, 8 são de 1^a Entrância e 10 de 2^a Entrância. Com relação à Comarca de Campo Grande, composta por 58 varas, 19 delas foram submetidas à atividade correicional, ou seja, 32,7% do total.

Além dessas comarcas e varas, também foi realizada correção na Coordenadoria das Turmas Recursais, que é subordinada ao Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

Em relação às correções nos cartórios extrajudiciais, constam 170 serventias extrajudiciais nas 54 Comarcas do Estado de Mato Grosso do Sul, das quais 36 foram correicionadas, representando 21% do total das serventias.

Dentre os Atos Normativos, foram baixados 13 Provimentos e 16 Portarias. No mesmo período foram analisadas 66 Portarias editadas pelos Juízes de Primeira Instância e encaminhadas à Corregedoria-Geral de Justiça. Dessa análise resultou a revogação de quatro Portarias e a retificação de três. Foram emitidos ainda 195 pareceres e 51 decisões.

Na padronização de procedimentos cartorários destaca-se a disponibilização do novo GPS - Guia Procedimental do Servidor, refe-

rente ao biênio 2013/2014, que trata de orientações cartorárias para tramitação de processo eletrônico aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, elaborado por iniciativa do DEPPI – Departamento de Padronização de Primeira Instância -, sob a supervisão da Diretora da Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça.

O GPS é uma importante ferramenta que traz orientações simples e práticas acerca da execução das atividades cartorárias e possui o condão de auxiliar o servidor para o correto procedimento de tramitação de processos judiciais eletrônicos, formatado no Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau, objetivando facilitar as rotinas de trabalho.

Atendimentos – No decorrer do ano de 2013, a Corregedoria-Geral de Justiça prestou 9.249 atendimentos: 3.177 por e-mail e 6.072 por telefone.

A equipe do Departamento de Padronização de Primeira Instância prestou orientação sobre os procedimentos do processo eletrônico e práticas cartorárias aos servidores de varas de Campo Grande, Coxim, Anastácio. Além de orientar, auxiliou na execução das atividades cartorárias os servidores da Comarca de Nova Alvorada do Sul.

Diante das dificuldades detectadas, por ocasião da correção, na 1^a Vara Criminal da Comarca de Campo Grande e na 2^a Vara Criminal da comarca de Três Lagoas, instituiu-se força-tarefa, a qual foi executada pelas equipes dos Departamentos de Correição Judicial e de Padronização de Primeira Instância, na tentativa de melhorar a prestação jurisdicional.



COVEP atua para melhorias da execução penal em MS



Durante o ano de 2013, a Coordenadoria das Varas de Execução Penal do Estado do Mato Grosso do Sul reuniu semanalmente os membros da COVEP com o diretor presidente e o diretor de operações da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen) para deliberar sobre os pedidos de transferências dos presos condenados e provisórios que se encontram recolhidos nas cadeias públicas, delegacias de polícia e unidades penais do estado, como uma forma de gerenciar as vagas nos Estabelecimentos Penais.

No período de janeiro a novembro, a COVEP autorizou cerca de duas mil transferências de presos.

Composta pela Coordenadora-Geral, desembargadora Tânia Garcia de Freitas Borges, o juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, Fernando Paes de Campos, o juiz auxiliar da Presidência, Vitor Luis de Oliveira Guibo, juiz de Direito da Vara Criminal, Thiago Nagasawa Tanaka, e o juiz da 2ª Vara de Execução

Penal, Albino Coimbra Neto, a COVEP tem a finalidade de controlar e fiscalizar o sistema carcerário, sistematizar a regionalização das Varas de Execução Penal para o cumprimento de pena em regime fechado, como mecanismo de efetivo controle da população carcerária e monitoramento das vagas e amenizar o problema da superlotação carcerária.

Compete à Coordenadoria o gerenciamento global das transferências temporárias ou definitivas de presos entre unidades penitenciárias, o que se dará por provocação da Agência Penitenciária (Agepen) ou provocação do juiz da comarca onde estiver o preso que deverá ser transferido. Cabe ainda à COVEP a elaboração de parecer acerca dos pedidos de interdições das unidades penais do Estado para posterior deliberação da Corregedoria-Geral de Justiça.



Mutirão carcerário analisa mais de 10 mil processos

No período de 3 de junho a 3 de julho, foi realizado o Mutirão Carcerário de 2013. Nessa edição foram analisados 10.461 processos, dos quais 2.429 envolviam presos provisórios e 8.032 processos de condenados.

Foram concedidos 1.585 benefícios a presos condenados e 213 benefícios a presos provisórios. 5.752 processos de presos condenados e 2.212 de presos provisórios não resultaram em concessão de benefícios. Foram também proferidas 699 decisões para cumprimento de diligências.

Dentre os benefícios concedidos aos presos condenados estão: 30 extinções de pena com soltura, 490 remissões de pena, 92 progressões para o regime aberto, 426 para regime semia-aberto e 185 livramento condicional. No que se refere aos presos provisórios, os juízes da causa concederam 196 liberdades. Em 5.752 Guias de Recolhimento, 5.200 encontravam-se com pena

em cumprimento regular, sendo indeferidos 237 benefícios e determinadas 192 regressões de regime. Quanto aos presos provisórios, foram mantidas 2.212 prisões.

Só não foram objetos do mutirão os processos de apenados foragidos, em livramento condicional, em prisão domiciliar, com medidas de segurança consistente em tratamento ambulatorial e penas não privativas de liberdade, e nos casos que a ação atendeu previsão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O mutirão envolveu varas criminais das 54 comarcas sul-mato-grossenses.

Simultaneamente ao mutirão, foi realizado um cronograma de visitas às unidades penais de 12 cidades do interior. Nos locais foram verificadas questões de infraestrutura, rotinas de trabalho e condições gerais da unidade.

Recursos da CEPA beneficiam entidades da Capital



Projeto pioneiro no país desenvolvido pela Central de Execução de Penas Alternativas (CEPA) do TJMS, que destina dinheiro de pequenos crimes para projetos de instituições sociais, doou, somente em 2013, quase R\$ 700 mil para obras sociais. Desde o ano de 2009 já foram doados pelo judiciário sul-mato-grossense cerca de R\$ 2 milhões a projetos sociais na Capital.

Dentre os projetos contemplados, destaca-se a unidade feminina da Fazenda da Esperança, comunidade terapêutica de recuperação de dependentes químicos, que recebeu, no dia 18 de outubro, a casa de triagem custeada pelo Poder Judiciário Estadual. Foram destinados R\$ 411.000,00 para a obra.

No dia 17 de junho, foi inaugurado o Ateliê “Ouvidores de Cores” do Hospital Nosso Lar. O espaço foi construído e equipado com recursos da CEPA. Ao todo, foram doados em torno de R\$ 45.000,00 para a obra. O ateliê é um espaço para o desenvolvimento de terapias ocupacionais aos pacientes como pintura em tela, em tecido, artesanato e poesia.

O diferencial que vem sendo feito de forma pioneira em Campo Grande é quanto à destinação dos recursos. Se antes as quantias arrecadadas com as penas pecuniárias eram pulverizadas em pequenas quantias às diversas instituições ou então ao pagamento de cestas básicas, hoje não funciona mais assim. Todo o dinheiro é depositado em uma subconta judicial da Central de

Execução de Penas Alternativas (CEPA), vinculada a 2ª VEP. Assim, a CEPA administra a destinação desses recursos para projetos sociais apresentados pelas instituições e aprovados pela 2ª VEP após análise do judiciário e parecer do Ministério Público.

Calçamento Social - Lançado em abril de 2013 pelo juiz da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande, Albino Coimbra Neto, o projeto “Calçamento Social” teve como primeira instituição contemplada o Hospital Nosso Lar, que ocupa um quarteirão e seu entorno não possuía calçamento. O projeto “Calçamento Social” é custeado, produzido e executado pelo preso. Isto porque os presos, de segunda a sexta-feira, trabalham em uma fábrica de pisos dentro do presídio da Gameleira e aos sábados e domingos trabalham voluntariamente na fábrica.

Toda a produção desses dias é destinada ao projeto. O dinheiro para a aquisição do material (areia, pedra e cimento) para a produção dos pisos também vem dos presos. Isto é, do percentual do salário deles que é descontado e destinado para este fim.

No mês de julho foi concluída a construção do calçamento na Federação das Apaes de Mato Grosso do Sul, segunda entidade beneficiada com o projeto. Os quase 100m² do novo calçamento possibilitou mais acessibilidade para deficientes visuais e físicos até a sede da instituição.

Colegiado poderá julgar feitos que envolvam organizações criminosas

O Tribunal de Justiça de MS publicou, no dia 22 de março, a Resolução nº 582/2013, que dispõe sobre a formação de órgão colegiado para julgamento de feitos envolvendo organizações criminosas, como previsto na Lei Federal nº 12.694/12. A medida visa proteger magistrados em caso de ameaças ou riscos decorrentes de processos e procedimentos envolvendo crimes praticados por organizações criminosas.

Pela resolução, ao instaurar o colegiado, em expediente reservado, o juiz indicará à Corregedoria-Geral de Justiça motivos e circunstâncias que acarretam risco à sua integridade física ou a de seus familiares, mandando certificar nos autos que se trata de formação de colegiado.

O colegiado será formado pelo juiz do processo e mais dois juízes escolhidos, mediante sorteio, pela Corregedoria-Geral de Justiça de MS, e sua competência será limitada à prática do ato processual que justificou sua criação.

Para garantir a segurança do juiz, as decisões do colegiado - firmadas, sem exceção, por todos os integrantes - serão publicadas sem nenhuma referência a voto divergente de qualquer membro. E mais: as comunicações entre os integrantes do colegiado serão feitas por meio seguro, registrando-se nos autos sua ocorrência para realização do ato para o qual o colegiado se formou.

As reuniões poderão ser sigilosas, apenas em situações excepcionais será admitida a expedição de carta precatória. Os atos processuais podem ser praticados por videoconferência e as peças processuais serão obrigatoriamente digitalizadas.



Ações da Coordenadoria beneficiam crianças e adolescentes de MS



No ano de 2013, a Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ), sob a coordenação da desembargadora Maria Isabel de Matos Rocha, deu continuidade aos projetos iniciados na coordenação passada e implantou novos projetos e atividades. Com ênfase no aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e na melhoria da estrutura da Coordenadoria e das Varas de Infância, foram desenvolvidas ações para dar apoio aos magistrados e técnicos em sua atuação.

A Coordenadoria implantou projetos inovadores, como o Projeto Reforço Escolar e o Projeto Guarda Sonhos, visando beneficiar crianças das entidades de acolhimento. O primeiro consiste em atender as crianças das entidades de acolhimento em suas atividades e tarefas escolares contemplando os aspectos pedagógico, cognitivo e emocional, respeitando-as como um ser único, com particularidades individuais em processo de formação. O segundo consiste em divulgar os sonhos de crianças acolhidas, para que estes possam ser realizados por voluntários. O Guarda Sonhos é uma ferramenta criada pela rádio Blink 102 FM em parceria com o Projeto Padrinho para lutar contra a falta da esperança.

Foram realizados 110 atendimentos a crianças e adolescentes das entidades de acolhimento no Projeto Reforço Escolar, e 101 crianças e adolescentes foram atendidas pelo projeto Guarda Sonhos.

Para realizar estes projetos, a equipe multidisciplinar da Coordenadoria recebeu reforço com o trabalho de voluntários e estagiários acadêmicos de Universidades. Para isto, intermediou-se a formalização de convênios de parcerias com a UFMS e com a UEMS, proporcionando às instituições a oferta de campos e atividades de estágio para acadêmicos dos cursos de Psicologia e Assistência Social, os quais colaboraram na execução dos projetos, com o desempenho de atividades junto às entidades de acolhimento.

Em continuidade aos projetos já implantados, foram ampliadas as atuações do Projeto Padrinho, do Projeto Minha História, Minha Vida, do Programa de Atendimento da Justiça Restaurativa – PAJUR, do Programa da Justiça Restaurativa nas Escolas, do Programa Forças no Esporte – PROFESP, em parceria com o Comando Militar do Oeste (CMO), que oferece

atividades físicas a crianças das entidades de acolhimento, e do convênio com o Instituto Mirim, o que proporciona aos adolescentes das entidades de acolhimento a oportunidade de ingressar como mirim no Poder Judiciário.

Em 2013, a equipe multiprofissional da área de proteção atendeu 163 crianças no Projeto Padrinho e 76 crianças e adolescentes foram atendidos pelo Projeto Minha História, Minha Vida. As instituições de Campo Grande beneficiadas foram: Casa da Criança Peniel I, II e III, Meninas dos Olhos de Deus, Lygia Hans, Lar da Vovó Miloca e SOS Abrigo.

A equipe multiprofissional da área socioeducativa do Programa de Atendimento da Justiça Restaurativa Juvenil atuou em 123 processos da Vara da Infância e Juventude de Campo Grande, realizou 358 pré-círculos, 60 processos foram devolvidos por não atender os critérios do procedimento restaurativos e 63 processos foram concluídos com a resolução dos conflitos, ou seja, 100% dos processos concluídos foram exitosos.

Em relação ao Programa de Atendimento da Justiça Restaurativa nas Escolas, foram atendidas seis escolas estaduais e realizados 290

procedimentos restaurativos, 1.853 alunos participaram dos círculos de diálogo, 155 pais participaram das reuniões e 158 funcionários das escolas foram sensibilizados. Também foram realizadas atividades de expansão e de divulgação do projeto com participação em desfiles cívicos e palestras de divulgação e/ou círculo de diálogo.

A equipe da Coordenadoria ainda visitou as comarcas de Água Clara, Bela Vista e Ribas do Rio Pardo, que solicitaram apoio na implantação de projetos específicos desenvolvidos pela CIJ.

No mês de outubro de 2013, foi publicada a lei municipal que instituiu a Família Acolhedora na Comarca de Campo Grande, mais uma vitória da Coordenadoria, que divulgou e intercedeu em conjunto com a Vara da Infância, Juventude e Idoso da Capital, em apoio à elaboração e divulgação da norma.

A Coordenadoria também trabalhou em favor da implantação da Central de Depoimento Especial na Comarca de Campo Grande e da instalação do Programa de Depoimento Especial nas comarcas sedes de circunscrições. O programa demanda ações articuladas e capacitações,



o que foi feito mediante cursos específicos para treinamento na técnica da entrevista cognitiva, destinados a Juízes e Equipes que vão atuar na oitiva das crianças vítimas de violência (especialmente juízes criminais e da infância).

Ainda com o objetivo de atender melhor as crianças e adolescentes vítimas de violência, foi proposta a criação de uma Vara Especializada de Violência contra Criança e Adolescente na Capital, assim como foi promovida, mediante proposta da CIJ, a alteração da lotação dos psicólogos e assistentes sociais da Comarca de Campo Grande, visando melhorar a produtividade e a qualidade no serviço público, e assegurar equipes psicossociais especializadas privativas para atuarem nas Varas da Infância da Capital.

Para divulgar suas ações à sociedade, foi criado no Portal do Tribunal de Justiça um espaço da Coordenadoria da Infância e Juventude, com informações atualizadas e materiais de apoio destinadas aos profissionais ligados à área. No endereço eletrônico estão disponíveis leis, links, relatos de experiências exitosas do Estado, artigos jurídicos, vídeos, cartilhas, notícias e descrição dos projetos desenvolvidos pela Coordenadoria. Tanto a Coordenadora da Infância, Des^a Maria Isabel de Matos Rocha, como os juízes auxiliares da Coordenadoria, Katy Braun do Prado e Roberto Ferreira Filho, compareceram em palestras e entrevistas nos vários meios de comunicação social para esclarecerem e informarem sobre temas relacionados à Infância e Juventude.

Aperfeiçoamento - A Coordenadoria realizou várias ações com o objetivo do aperfeiçoamento de magistrados e técnicos (psicólogos, assistentes sociais e pedagogos). Visando maior interação dos magistrados da infância, implantou-se uma lista de discussões via e-mail, visando fomentar debates e experiências em um ambiente virtual informal aos quais todos têm acesso a qualquer momento.

A prioridade foi a realização de cursos destinados a juízes e técnicos das equipes da infância. Em parceria com a Escola Judicial (Ejud), foram realizadas capacitações, presenciais e a distância para magistrados e servidores, além do apoio à participação em vários eventos e cursos de capacitação. Na modalidade do ensino a distância, a CIJ, em parceria com a Ejud, implantou no Ambiente Virtual de Aprendizagem da Escola Fóruns de Debates para fomentar as discussões dos magistrados da infância e juventude sobre temas da área.

O apoio da administração do Tribunal de Justiça no ano de 2013, o aumento no quantitativo de servidores na Coordenadoria da Infância e Juventude e a dedicação de toda a equipe foram fatores primordiais que possibilitaram ampliação dos projetos da Coordenadoria da Infância e Juventude e implantação de novos projetos, visando apoio às ações de garantia dos direitos da criança e do adolescente.



Escola Judicial de MS realiza 341 ações em 2013

A Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul completou 3 anos de existência em 2013 e manteve intensa agenda de atividades, com o objetivo de atingir os ideais constitucionais, voltando-se continuamente para a capacitação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores. Durante o ano, a Ejud-MS realizou 341 ações, com a presença de 5.915 cursistas, com a participação de 583 magistrados, 1.046 convidados e 4.286 servidores, totalizando 6.772 horas.

Magistrados - Dentre as ações realizadas para aperfeiçoamento de magistrados, destacam-se duas. A primeira delas se denominou I Seminário Internacional Sobre Integração Jurídica dos Países da América do Sul, realizada na cidade de Ponta Porã.

O evento contou com a presença maciça dos magistrados sul-mato-grossenses e com excelentes palestrantes, tais como: Ramiro Anzitz

Guerrero, professor titular de graduação e pós-graduação da Universidade Jesuíta Del Salvador e das Escolas da Magistratura dos estados do Pará, Paraíba e Rio Grande do Norte; Ricardo Andrade Saadi, delegado da PF e diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional; César Adalid Siles Bazan, diretor-geral de Assuntos Jurídicos da Bolívia e Ministro de Negócios Estrangeiros da Bolívia; Maria Magdalena Quiñónez, membro do MP e diretora de Assuntos Internacionais do Paraguai; o juiz federal Odilon de Oliveira e Livia de Paula Miranda Pereira, coordenadora de Cooperação Jurídica do Ministério da Justiça.

A segunda ação, e não menos importante, foi o II Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, realizado em parceria com o Conselho Nacional de Justiça. Um dos temas que foram abordados foi a situação geográfica do Mato Grosso do Sul, que faz





fronteiras com a Bolívia e o Paraguai, que facilita a rota e o trânsito de estrangeiros. Além disso, vários trabalhos importantes de conscientização e estudos que são realizados por órgãos locais, serviram de embasamento para os debates.

Os resultados das ações superaram as expectativas do aperfeiçoamento interno, pois se conseguiu também atingir os objetivos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que era abranger o maior número possível de pessoas de diferentes ramos da Justiça.

Dentre os participantes, estavam juízes, promotores, servidores, conselheiros tutelares, integrantes do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Polícias Federal, Civil, Militar e Rodoviária Federal e Estadual, membros das Secretarias de Educação e da Saúde, além de toda a rede de repressão ao crime e atendimento às vítimas.

Servidores - Em razão da informatização, foram promovidas 166 ações capacitando 1.616 servidores para atuarem com o processo eletrônico. Ainda neste tema, foi realizado o 2º Encontro Nacional de Gestores do SAJ, com o objetivo de discutir os problemas e soluções em comum, com a participação de 26 representantes de 8 Estados.

A fim de promover maior integração e valorização dos servidores, foram realizados o XI Encontro de Escrivães e Chefes de Cartório, o IX Encontro de Secretários, o Programa de Treinamento para Novos Servidores e o VIII Encontro Estadual de Psicólogos e Assistentes Sociais, com a participação de 467 servidores.



Coordenadoria desenvolve ações em defesa da mulher em situação de violência

Órgão de assessoria da Presidência do TJMS com atribuições relativas à gestão de políticas, ações e mecanismos de atendimento à mulher no combate e prevenção à violência, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar desenvolveu diversas atividades no ano de 2013.

Dentre as ações, foi elaborado acordo de cooperação técnica firmado entre o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania, e o Tribunal de Justiça, e a designação de representantes do Poder Judiciário para atuar junto à Coordenação da Câmara Técnica Estadual de Implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em MS.

O coordenador do órgão, Des. Ruy Celso Barbosa Florence, participou da abertura das atividades do Dia Internacional da Mulher, promovido pela Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania e do lançamento do Plano Estadual de Política para as Mulheres; e como convidado e palestrante, em 30 de agosto de 2013, no lançamento da Campanha “A Lei é Mais Forte”, na Escola Superior da Magistratura do Estado do Tocantins.

O desembargador participou ainda da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga a violência contra as mulheres, executando diligências à Tribo Indígena Urbana e reunião com mulheres Indígenas; à Delegacia da Mulher; ao Centro de Referência (Centro de Referência de Atendimento a Mulher em Situação de Violência Cuña Mbarete); à Vara de Violência Contra a Mulher; à Promotoria de Violência contra a Mulher e ao Movimento de Mulheres.

O Tribunal de Justiça de MS, por intermédio da Coordenadoria, firmou um termo de adesão ao programa “Mulher: Viver sem Violência”, em 13 de março de 2013 entre a Presidência da República, o CNJ, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais.

A Coordenadoria lançou o projeto “Maria vai à Escola” para a forma Web (<http://ejud.tjms.jus.br/maria>) e DVD, em parceria com a Escola Judicial de MS, voltado para o público infantil e adulto, e recepcionou o Plano de Políticas Públicas para as Mulheres, elaborado pela Coordenadoria da Mulher da Subsecretaria de Mulher e da Promoção da Cidadania;

Foi elaborada ainda a proposta orçamentária para o exercício de 2014, o Relatório Estatístico Situacional Sintético das comarcas de Mato Grosso do Sul referente ao mês de março, o Relatório de processos julgados das comarcas de Mato Grosso do Sul, relativos à Lei Maria da Penha, e o Relatório Estatístico das ocorrências registradas na Central Telefônica 180 da Secretaria de Enfrentamento à Violência, vinculada à Presidência da República, referentes ao Estado de MS.

Em 2013, o coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar também foi designado para exercer a função de membro titular do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Estadual de Política para as Mulheres e o diretor da Secretaria de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados para exercer a função de membro suplente do mesmo comitê.



Projetos do TJMS atenderão população ribeirinha de Corumbá

Mantendo sua postura inovadora, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul se prepara para lançar um projeto que atenderá duas áreas que estão ligadas à Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e ao Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

A intenção do projeto Justiça sobre as Águas é beneficiar as populações ribeirinhas da Comarca de Corumbá e para isso será disponibilizado um barco com prestação jurisdicional e serviços de cunho social para humanizar, ampliar e fortalecer o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, estando presente a Justiça Itinerante.

Para a viabilização da proposta, foi emitido parecer favorável em Brasília, pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, com previsão de recursos que alcançam R\$ 1.835.090,00, dos quais o TJMS participará com R\$ 183.509,00, valor equivalente a aproximadamente 9% do total do projeto.

Necessário ressaltar que o Tribunal de Justiça já estudava a implantação dos serviços da Justiça Itinerante na Comarca de Corumbá e o parecer favorável ao projeto Justiça sobre as

Águas permite a unificação das duas áreas, o que resulta em mais celeridade no atendimento às comunidades.

A intenção é estender os serviços dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e o do atendimento especializado à mulher à população ribeirinha do Alto Paraguai, Baixo Paraguai e Taquari, de modo a atender os distritos de Corumbá, Albuquerque, Amolar, Coimbra, Nhecolândia, Paiaguás (Santa Rosa) e Porto Esperança, localidades essas rurais e de menor concentração populacional.

Ao longo de 475 km de extensão dos rios Paraguai e Taquari existem, além da sede dos municípios e distritos, várias comunidades que reúnem população significativa a ser beneficiada com a instalação do Juizado Itinerante e do atendimento especializado à mulher.

Além da parceria da Marinha para a viabilização dos projetos, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul promoverá troca de informações com vários órgãos, tais como Exército do Brasil, Prefeitura Municipal de Corumbá, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil, Polícia Militar e Ordem dos Advogados do Brasil.

Núcleo de Solução de Conflitos tem 76% de acordos em audiências

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, criado por exigência da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, sob a coordenação do Des. Romero Osme Dias Lopes, em parceria com as Varas de Famílias, Varas Cíveis Residuais e da Vara de Infância de Campo Grande, no período de janeiro a outubro de 2013 realizou 414 sessões de mediações que resultaram em 315 acordos, com a consequente extinção dos processos, representando um aproveitamento de 76,08%.

Em 2013, por meio da Escola Judicial de Mato Grosso do Sul, foram realizados três cursos de Mediação Judicial, quando foram capacitados 72 mediadores, sendo que 24 já foram cadastrados pelo Núcleo e 48 estão na fase de estágio supervisionado.

Ainda, na intenção de divulgar o procedimento da mediação, foi realizado o I Curso de Mediação Judicial on-line, promovido pela ENAM – Escola Nacional de Mediação e Conciliação por meio do Conselho Nacional de Justiça. Participaram da capacitação 57 profissionais, inscritos pelo Núcleo e indicados pelos magistrados do Estado, preparando as Comarcas para as instalações de futuros Centros Judiciários.

Centros Judiciários – Com o apoio da administração do Tribunal de Justiça, com as lotações de mais servidores em seu quadro, o Núcleo otimizou seus trabalhos, sendo inaugurado, em 5 de agosto, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Anhanguera-Uniderp, onde se realizam mediações processuais, sendo que as pré-processuais estão previstas para iniciarem em fevereiro de 2014.

No início de 2014 deverão ser inaugurados mais dois Centros Judiciários, na Faculdade Estácio de Sá e na Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, ampliando o atendimento ao

jurisdicionado, que, por meio dos métodos da conciliação e mediação, terão a oportunidade de transformar seu conflito e chegar a uma auto-composição.

Semana de Conciliação – Atendendo as orientações do Conselho Nacional de Justiça e na continuidade do cumprimento da Resolução nº 125, o Núcleo coordenou a Semana Nacional de Conciliação, realizada no período de 2 a 6 de dezembro.

Com 8.514 pessoas atendidas, a 8ª edição da Semana Nacional de Conciliação em Mato Grosso do Sul fechou com o total de R\$ 13.119.682,07 em acordos homologados.

Foram realizadas 2.705 audiências de processos nas fases de conhecimento e de execução, que resultaram na homologação de 1.073 acordos.



Centro de solução de conflitos é instalado na Anhanguera-Uniderp

Uma parceria do Tribunal de Justiça de MS com o curso de Direito da Anhanguera-Uniderp possibilitou, no dia 5 de agosto, a inauguração do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania nas dependências da universidade em Campo Grande.

Primeiro a funcionar nestes moldes em Campo Grande, o Centro é um projeto piloto em âmbito nacional e atende a Resolução nº 125 do CNJ, que determinou a criação de núcleos e centros para propiciar aos cidadãos o amplo acesso a estes instrumentos alternativos.

Com estrutura física composta por uma sala destinada ao cartório e duas salas de mediação devidamente equipadas, o centro atenderá o setor pré-processual, processual e de cidadania, ou seja, além dos processos já em andamento nos cartórios, também será possível solucionar conflitos de forma alternativa, por acordo, antes de virarem processo, mas posteriormente a concórdância é encaminhado para o juiz homologar.

A parceria também visa fomentar na instituição educacional a conciliação e mediação como métodos alternativos de composição de

litígios. Nas dependências do centro serão realizadas audiências de cunho processual e pré-processuais com a participação de acadêmicos de Direito.



Conselho de Supervisão aprimora Juizados Especiais de MS



Ao assumir a presidência do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais de MS, em fevereiro de 2013, o Des. Marco André Nogueira Hanson estipulou metas de gestão e dotou os juizados de novos equipamentos e mais servidores.

É nos juizados Itinerantes e do Trânsito que mais cresce o número de atendimentos e a crescente procura pelos Juizados Especiais comprova que o sistema transformou-se em instrumento de aproximação de uma grande parcela da sociedade com o judiciário.

Levantamento mostra que de janeiro a outubro de 2013, nos juizados das 54 comarcas foram distribuídos 101.946 processos, sentenciados 94.151, arquivados definitivamente 114.112, e estavam em andamento 98.508. Importante lembrar que em dezembro de 2012 havia 100.637 processos em andamento, o que signi-

fica uma redução do estoque.

Tamanha demanda exigiu medidas urgentes e, em março, a equipe do cartório cível do Juizado Central uniu esforços com a equipe da Coordenadoria de Apoio e Suporte aos Juizados Especiais para, em apenas 60 dias, contabilizar 6.315 processos arquivados. No mesmo período, somente no Juizado Central Cível de Campo Grande foram realizadas 66.925 movimentações.

A movimentação do Juizado Central da Capital representa aproximadamente 40% da demanda de processos no Estado. Em números, isso significa que em 2013 foram distribuídos 43.324 processos, sentenciados 42.117, arquivados definitivamente 47.376 e, em outubro, havia 37.999 feitos em andamento. Necessário considerar que no final de 2012 havia 39.950 tramitando.

Duas formas essenciais de prestação jurisdicional são a Justiça Itinerante e o Juizado de Trânsito. Para se ter uma ideia da importância desses serviços, de janeiro a outubro, a Justiça Itinerante de Campo Grande realizou 38.275 atendimentos e orientações jurídicas. E a implantação da Justiça Itinerante em Dourados iniciou em outubro o atendimento em oito distritos que, em razão da distância, eram os mais carentes da atuação do Poder Judiciário.

Ressalte-se que o reconhecimento social do Juizado do Trânsito é consequência do expressivo número de atendimentos que, de janeiro a outubro de 2013, prestou 3.614 atendimentos na Capital e teve troca de equipamentos eletrônicos (notebooks) nas vans, imprimindo mais rapidez no atendimento.

Os processos das Turmas Recursais são outra prova do esforço para uma prestação jurisdicional mais célere. Em dezembro de 2012 havia 3.169 processos em tramitação e a esse número somem-se 7.548 processos distribuídos de janeiro a outubro – período em que foram julgados 4.521. Além disso, adotou-se o mutirão como forma de celeridade. Isso significa que de 29 de outubro até 19 de novembro foram julgados mais 1.310 processos.

Servidores – A lotação de servidores nos Juizados Especiais em Campo Grande, Ponta Porã, Coxim, Rio Negro e São Gabriel do Oeste também merece destaque.

Embora não tenha sido possível aumentar consideravelmente o número de servidores, a Coordenadoria de Apoio e Suporte aos Juizados Especiais está sendo designada para auxiliar as comarcas com maior número de processos paralisados e quadro de servidores reduzido. Assim, em 2013 foram atendidos o Juizado Central, a 5ª e a 9ª Vara do Juizado Especial da Capital, de Anastácio e Coxim.

Visando melhorar a efetividade e a qualidade na prestação jurisdicional, sem movimentações e procedimentos que atrapalham e retardam o curso do processo, já começou treinamento específico de Procedimento dos Juizados Especiais

Cíveis, como forma de padronizar a execução do trabalho.

No que se refere a juízes leigos e conciliadores, houve a preparação de edital e providências necessárias para realização de processo seletivo para juiz leigo, em cumprimento à Resolução nº 174 do Conselho Nacional de Justiça. Mais importante: foi disponibilizado no site do TJMS, na página dos Juizados Especiais, um espaço para avaliação do conciliador e juiz leigo, mecanismo para se aferir o desempenho dos auxiliares da justiça.

Houve ainda a ampliação da equipe de servidores para atuar no Projeto Descarte Consciente, que tem como meta analisar e descartar aproximadamente 500 mil processos físicos dos Juizados Especiais em todo Estado. Prova da qualidade e inovação de tal medida é que o Tribunal de Justiça de MS concorreu ao Prêmio Innovare com a proposta.

Tecnologia – Scanners foram encaminhados para as comarcas de Aquidauana, Camapuã, Chapadão do Sul, Paranaíba, Nova Andradina, Naviraí, Coxim, Bonito, Ponta Porã e Ivinhema para utilização nas salas de audiência dos Juizados Especiais, em razão de serem estas as 10 maiores comarcas do interior que ainda não disponibilizavam do equipamento.

Os demais juizados aguardam a aquisição dos scanners pela Secretaria de Tecnologia da Informação. Quanto aos totens de autoatendimento, foi solicitada aquisição de máquinas para ampliação dos juizados da Capital e interior.



Justiça Itinerante em Dourados amplia acesso ao judiciário

O Tribunal de Justiça de MS implantou, no dia 19 de setembro, os serviços da Justiça Itinerante na Comarca de Dourados. A unidade móvel, vinculada à 1ª e 2ª Varas do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca, leva a atividade jurisdicional aos locais mais distantes, provando que, mais uma vez, amplia-se o acesso à justiça, otimizando a prestação jurisdicional.

Inicialmente, na Comarca de Dourados são atendidos os distritos que, em razão da distância, são os mais carentes da atuação do Poder Judiciário: Indápolis (12 km), Itahum (61 km), Panambi (13 km), Picadinha (15 km), Vila São Pedro (7 km), Vila Formosa (32 km), Vila Macaúba (38 km) e Vila Vargas (15 km).

As questões atendidas envolvem quantias de até 40 salários mínimos, pequenas cobranças, indenizações, pensão alimentícia, revisional de alimentos, separação judicial, divórcio, guarda, conversão de união estável em casamento.

Os processos destinados à Justiça Itinerante são distribuídos equitativamente entre as varas, assegurada idêntica proporção de feitos.

No caso dos feitos de competência dos Juizados Especiais aforados na Justiça Itinerante em que não houver conciliação entre as partes, a ação é encaminhada ao juizado especial, que processará e julgará o feito.

Nas causas envolvendo questões de família, Estado, capacidade de pessoas e sucessões, havendo ou não acordo entre as partes, o processo é redistribuído à vara originalmente competente para processar e julgar respectivo feito, onde tramitará a execução (na hipótese de descumprimento da sentença) ou demais termos da ação, em caso de inexistência de acordo.

O ônibus que abriga a Justiça Itinerante em Dourados foi cedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-MS) para atender os jurisdicionados da localidade, considerando-se que esta forma de prestação jurisdicional facilita o acesso à justiça às pessoas que residem não apenas no município, mas em locais mais afastados da comarca, o que democratiza a justiça e efetiva os direitos da população.



TJ irá estender Juizado do Trânsito para comarcas do interior

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, pretende estender o serviço prestado pelo Juizado do Trânsito para comarcas do interior onde a distribuição de feitos relacionados a acidente de trânsito é expressiva e comporta o atendimento nos moldes da Capital.

Para tanto e visando melhorias e ampliação do atendimento prestado pelas unidades móveis do Juizado do Trânsito, foram adquiridos seis novos veículos, sendo quatro deles destinados ao Juizado do Trânsito da Capital, um para a Comarca de Dourados e um para a Comarca de Três Lagoas.

Para a implantação do serviço nas comarcas de Corumbá e Ponta Porã e onde mais for constatada a necessidade e conveniência do Juizado do Trânsito, considerando o volume de distribuição de feitos relacionados a acidentes de trânsito, está prevista para 2014 a aquisição de mais quatro unidades móveis cuja despesa já consta na previsão orçamentária.

Link permite avaliação de juízes leigos e conciliadores



Está disponível desde o dia 3 de outubro, no portal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, uma nova ferramenta para avaliação de juízes leigos e conciliadores, auxiliares da justiça que atuam nos Juizados Especiais sob a supervisão do Juiz de Direito.

Essa ferramenta, que vem ao encontro da orientação contida na Resolução n. 174/2013 do Conselho Nacional de Justiça, permite não apenas a avaliação do desempenho dos juízes leigos e conciliadores, mas também possibilita aferir a satisfação dos usuários dos serviços prestados pelos Juizados Especiais, e, conseqüentemente, adotar medidas para seu contínuo aperfeiçoamento.

A novidade permite que o usuário do serviço jurisdicional tenha um canal direto com a administração para a melhoria e aprimoramento das atividades dos Juizados que, agora, têm novo instrumento de democratização.

Para avaliar o desempenho de juízes leigos e conciliadores, basta acessar o link no Portal do TJMS, onde há espaço também para sugestões, elogios ou críticas.

Ouvidoria Judiciária soluciona 89% das reclamações recebidas

O Poder Judiciário de MS está realizando uma prestação jurisdicional eficiente e a população sul-mato-grossense demonstra satisfação com os serviços da justiça. A constatação é resultado de um balanço institucional feito nas ações da Ouvidoria Judiciária em 2013.

Importante lembrar que o Departamento da Ouvidoria Judiciária é responsável pela análise e protocolo de requerimentos, com base na Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, e que o Des. Claudionor Miguel Abss Duarte responde pela função de Ouvidor no biênio 2013-2014.

Dessa forma, de 7 de fevereiro a 12 de novembro, a Ouvidoria Judiciária autuou 585 reclamações, das quais 518 foram solucionadas, ou seja, quase 89% do total. No mesmo período, foram respondidos mais de 1.200 e-mails sobre funcionamento de cartórios, atuação de servidores, entre outros. Também por e-mail orientações foram prestadas, dúvidas foram sanadas e encaminhamentos feitos a outros órgãos e secretarias.

Foram encaminhados ofícios a autoridades requerendo informações e solicitando providências quanto a denúncias ou sugestões formalizadas. Não se pode esquecer do atendi-

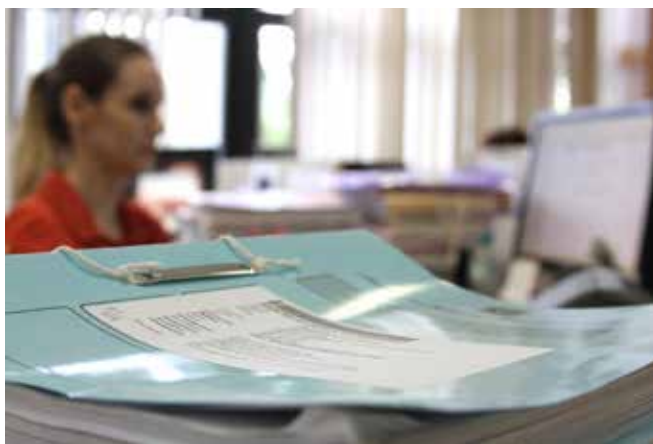
mento prestado pessoalmente ao jurisdicionado pela Ouvidoria do Fórum e do Tribunal de Justiça sem formalização de reclamação, apenas para orientação e eventual audiência com o Ouvidor.

Enviaram-se também ofícios para atendimento às fichas de avaliação de serviços retirados da urna da Ouvidoria, sempre visando melhorias no atendimento. Foram recebidos ainda mais de 300 ofícios da OAB/MS, solicitando adoção de medidas administrativas para impulsionar o andamento de processos.

Acrescente-se o atendimento de milhares de ligações pelo telefone 0800 da Ouvidoria e o cadastramento de registros de ocorrência referente à Lei de Acesso à Informação sobre temas de interesse da população como concurso público, cópia de processo administrativo, entre outros.



Secretaria do Conselho da Magistratura distribui 1.450 processos



O ano de 2013 foi de muito trabalho para a Secretaria do Conselho Superior da Magistratura e prova disso foi a distribuição de 1.450 processos, dentre os julgados no CSM, no Órgão Especial e no Tribunal Pleno.

Foram realizadas 22 sessões do Conselho, quatro mutirões, publicados nove editais de concursos da magistratura, aprovadas quatro aposentadorias e uma demissão, além de realizados 14 concursos de promoção e remoção. Destes, dois foram para o cargo de desembargador, sete para entrância especial, três para 2ª entrância e dois para 1ª entrância.

Quatro magistrados aposentaram-se este ano: Des. João Carlos Brandes Garcia, Des. Rubens Bergonzi Bossay e os juízes Paulo Rodrigues e Mário Eduardo Fernandes Abelha. Demitido foi o juiz Marcos Antonio Sanches e empossados no cargo de desembargador foram os juízes Luiz Gonzaga Mendes Marques e Eduardo Machado Rocha.

Até o mês de outubro de 2013, para a 1ª instância foram removidos os juízes David de Oliveira Gomes Filho, Saskia Elisabeth Schwanz de Oliveira, Egúiliell Ricardo da Silva e Juliano Duailibi Baungart. Para as promoções foram avaliados os critérios de antiguidade e merecimento e, para entrância especial, os juízes Marcelo Ivo de Oliveira, Patrícia Kelling Karloh, Luiz Felipe Medeiros Vieira, Atílio Cesar de Oliveira Jr. e Ana Carolina Farah Borges da Silva. Em segunda entrância, o juiz Fernando Moreira Freitas da Silva foi promovido.

Em primeira entrância, o único promovido foi o juiz Pedro Henrique Freitas de Paula.

Quanto aos mutirões, os esforços foram direcionados para a Vara de Sucessões da Capital nos períodos de 4 de abril a 2 de julho e de 10 de agosto a 16 de outubro, e para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais de 29 de outubro de 2013 até o julgamento de todas as ações distribuídas em 2013.

A realização de mutirão judicial envolveu a 2ª e a 3ª Vara de Fazenda Pública de Campo Grande, a 3ª Vara Cível de Dourados, a 2ª Vara Cível, a 2ª Vara Criminal e Vara de Fazenda Pública de Três Lagoas, a 1ª Vara de Jardim, a 1ª Vara de Mundo Novo, além das comarcas de São Gabriel do Oeste, Bela Vista, Bataiporã, Iguatemi, Sonora e Nova Alvorada do Sul.

Não se pode esquecer do mutirão carcerário 2013, que envolveu todas as Varas Criminais das 54 comarcas do Estado no período de 3 de junho a 3 de julho.



Controle Interno analisa mais de 4,8 mil processos

No período de 7 de janeiro a 4 de novembro de 2013, o Controle Interno do Tribunal de Justiça se manifestou em mais de 4.800 processos das mais variadas naturezas. O setor também elaborou o Plano Anual de Atividades de Auditoria-PPA-2014 e o Plano de Auditoria de Longo Prazo-PALP-2014-2017, em atendimento à Resolução nº 171, de 1º de março de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Além disso, participou, em parceria com o CNJ e o Tribunal de Contas da União, da Avaliação das Estruturas de Controle Interno do Poder Judiciário nos meses de março e abril.

Em abril e maio, realizou a Auditoria nos Contratos de Obras e Serviços de Engenharia e, em junho e julho de 2013, a Auditoria na Área de Tecnologia da Informação de todo o Poder Judiciário, por meio de Ações Coordenadas de Auditoria nas unidades jurisdicionadas ao CNJ.

TJMS destaca-se no cumprimento de Metas do Judiciário

Mais uma vez o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul se destacou no cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Em relação às Metas de 2013, o judiciário sul-mato-grossense cumpriu as Metas 2 e 17 e parcialmente a Meta 16. As Metas 1 e 18 apresentavam grau de cumprimento de 97,64% e 53,78%, respectivamente, em novembro de 2013.

Confira o grau de cumprimento das metas:

Meta 1: 97,64%

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013. Até novembro, 97,64% dessa meta foram cumpridos.

Meta 2: 100%

Julgar, até 31 de dezembro de 2013, pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais e no 2º grau da Justiça Estadual. Totalmente cumprida.

Meta 16: Parcialmente cumprida

Determinação de fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal. Parcialmente cumprida.

Meta 17: 100%

Orienta desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos. Totalmente cumprida.

Meta 18: 53,78%

Determina identificar e julgar, até 31 de dezembro de 2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2011. 53,78% foram cumpridos.

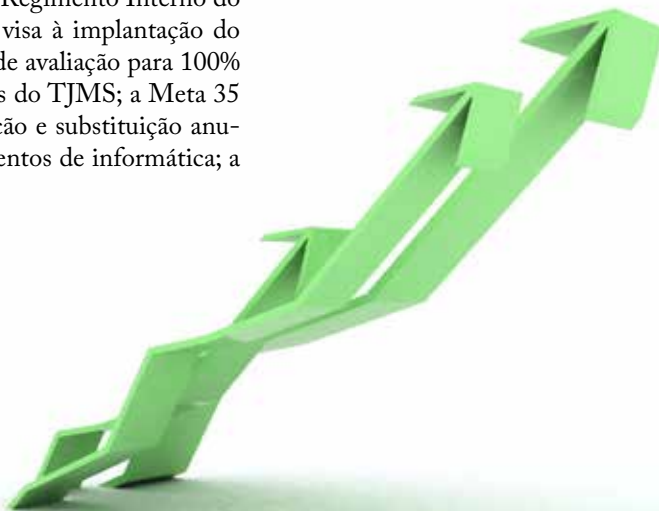
Tribunal já cumpriu 6 metas de 2014 do Planejamento Estratégico

A Assessoria de Planejamento, por meio da Coordenadoria de Planos Institucionais, realizou, no mês de novembro, com o Comitê de Gestão Estratégica, a terceira Reunião de Análise da Estratégia – RAE, conforme determina a Resolução nº 70, do Conselho Nacional de Justiça. Na oportunidade foi apresentado um panorama das metas do Planejamento Estratégico 2010/2014 até junho de 2013 por meio da ferramenta conhecida como Painel de Bordo.

Conforme o Plano Estratégico vigente, das 14 metas previstas para 2014, seis delas já foram cumpridas, restando ao TJMS cumprir, até 19 de dezembro de 2014, a Meta 1, que trata do índice de satisfação do usuário externo do PJMS; a Meta 6 que está parcialmente cumprida, com 44,44%, e aborda a integração dos sistemas do PJMS com o Ministério Público, Procuradorias Municipais, Tribunal de Contas do Estado, Instituto de Identificação, Polícia Federal, Procuradoria Estadual, Ordem dos Advogados do Brasil, Secretaria de Segurança Pública e SERASA; a Meta 10 que trata da revisão e reforma do Regimento Interno do TJMS; a Meta 30 que visa à implantação do sistema de indicadores de avaliação para 100% dos projetos estratégicos do TJMS; a Meta 35 que se refere à atualização e substituição anual de 30% dos equipamentos de informática; a

Meta 36 que trata da criação e construção do Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Campo Grande e, por fim, a Meta 37 que diz respeito à construção de edificação em Campo Grande para atender o Poder Judiciário de MS.

O Comitê de Gestão Estratégica é um órgão consultivo da Presidência nas questões relacionadas ao processo de planejamento estratégico, ao plano estratégico e aos projetos estratégicos do Poder Judiciário. Ele é composto por dois Juizes Auxiliares da Presidência, um Juiz Auxiliar da Vice-Presidência, indicado pelo Vice-Presidente e um Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, indicado pelo Corregedor-Geral de Justiça, sendo a coordenação do Comitê exercida por um dos Juizes Auxiliares da Presidência, designado pelo Presidente do Tribunal. Cabe ao Comitê, dentre outras atribuições, avaliar semestralmente e revisar anualmente o Plano Estratégico.





TJ institui Central de Processamento Eletrônico de Feitos Judiciais

O Tribunal de Justiça instituiu, no mês de novembro, a Central de Processamento Eletrônico de Feitos Judiciais (CPE) no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. O objetivo principal é agilizar e aperfeiçoar as atividades jurisdicionais, de modo a possibilitar o aumento do número de processos trabalhados por usuário em comparação com o modelo cartorário tradicional.

A CPE executa os atos processuais, nos feitos eletrônicos, no âmbito da primeira instância. A ideia surgiu em razão do panorama na justiça sul-mato-grossense: aumento na demanda, dificuldade de formação da força de trabalho, de servidor em comarcas do interior, de treinamento, de reposição e nomeação de servidores e falta de padronização de trabalho.

O projeto foi implantado com 15 servidores que trabalham especificamente com cálculo de pena, controle de prazo, expedição, enfim, que atendem e cumprem atos processuais emanados de juízes do Estado.

O projeto piloto tem seu foco na área de execução de pena. A infraestrutura para este projeto inovador exige local amplo e apropriado, mobiliário adequado, rede lógica compatível, alta disponibilidade e agilidade do Sistema de Automação da Justiça (SAJ). Entre as estratégias de implantação estão o agrupamento de competências com maior incidência de processos, a definição de escala de produção, o ajuste de equipe e a alocação de processos.

Importante lembrar que a centralização do processamento permite a padronização do procedimento de trabalho, a uniformização de modelos, foco na execução de processos, especialização na execução dos trabalhos, segurança para o servidor, redução de custos para a administração, mas principalmente mais produtividade do servidor.

O processo eletrônico também permite a eliminação do tempo morto do processo, o paralelismo de fases, a automação de rotinas, a interoperabilidade, a reorganização de ambientes de trabalho, a padronização de atividades e procedimentos, e a reorganização judiciária: tudo para revolucionar o Poder Judiciário.



Central de Serviços otimiza atendimento de TI

Com objetivo de dar agilidade e ampliar o horário de atendimento para servidores e operadores do direito que tenham dúvidas sobre questões relacionadas à informática do Tribunal de Justiça de MS, no dia 25 de novembro entrou em operação a Central de Serviços da Tecnologia da Informação. O serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 7 às 22 horas, e centraliza todas as chamadas sobre dúvidas, das mais simples às mais complexas, além de chamadas técnicas que necessitam da presença de técnicos, nos casos de servidores e magistrados.

O serviço tende a melhorar significativamente o atendimento da grande demanda de solicitações direcionadas à Secretaria de Tecnologia da Informação. Até a implantação do novo sistema de trabalho, as ligações eram atendidas pelos três departamentos da TI: o de infraestrutura, de sistemas administrativos e de sistemas jurisdicionais. Isso ocasionava muitas transferências das ligações de um departamento para o outro. Com a terceirização, todas as ligações

devem ser feitas para o número 3314 -1718, que direciona o usuário a um dos 17 postos de atendimento da Central de Serviços.

Um dos benefícios da Central de Serviços é a reorganização das equipes técnicas, de maneira que grande parte dos chamados, que são corriqueiros e de menor complexidade, sejam atendidos pelos técnicos da central. Os chamados mais complexos são repassados aos técnicos de nível 2, com maior experiência e conhecimento. Essa reorganização possibilita que a equipe de nível 2 tenha mais tempo para atuar em assuntos mais complexos e que tragam maiores benefícios ao Judiciário de MS.

Os dados de atendimento também têm um controle rígido e a partir desses resultados é possível criar ações de enfrentamento e de controle de situações, considerando alguns padrões de ocorrências.





Tribunal de Justiça de MS lança novo portal

Com novidades importantes, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul lançou seu novo portal na internet no dia 18 de fevereiro de 2013. Um marco importante na utilização da tecnologia como ferramenta para facilitar a vida do cidadão e dos operadores do Direito. O espaço, de uma forma mais dinâmica e enxuta, dá visibilidade e acessibilidade aos serviços mais utilizados na página do Judiciário Estadual.

Uma das mudanças a ser percebida logo de início, a cor predominante no novo portal é a verde, como forma de denotar a adesão à visão de sustentabilidade assumida pelo Tribunal de Justiça. Na versão anterior o vermelho predominava.

Os perfis do TJMS nas redes sociais podem ser acessados pela nova página. Com os links mais visíveis, os usuários conseguirão visualizar as atualizações do Facebook, Twitter, Instagram, Flickr, Youtube, além do Feed RSS, que permite a atualização automática das notícias ao leitor inscrito pelo sistema no site.

O novo layout dá destaque às fotografias vinculadas às últimas notícias. À esquerda do destaque estão localizados os links, uns já conhe-

cidos para os que usam a página no dia a dia, e outros são novos. Ali podem ser consultadas informações sobre Institucional, Corregedoria, Escola Judicial – Ejud, Acesso à Informação, Consulta, Jurisprudência, Comarcas, Juizados, Agência TJMS, Serviços e Ações e Projetos do Poder Judiciário.

Um dos serviços mais utilizado no portal é a consulta processual. Na nova versão, o campo de busca dos processos está localizado logo abaixo da notícia de destaque, com um visual mais leve e de fácil compreensão para os usuários da página.

Outra facilidade disponibilizada são os botões rotativos, que possibilitam a consulta de outros serviços do portal. Assim, links como o Consigna Alvarás Conta Única, Depósitos Judiciais, Diário da Justiça, Licitações, Plantão Judiciário e Telefones Úteis, entre outros, podem ser visualizados e movimentados para os lados com o auxílio da seta disponibilizada na página.

Os serviços mais acessados nos botões rotativos foram colocados em evidência automaticamente pelo site, tornando a consulta mais dinâmica e célere.

Gravação de audiências garante maior agilidade à Justiça de MS



Mais um serviço foi implantado no Poder Judiciário para melhorar a prestação jurisdicional. Trata-se da gravação das audiências pelo sistema de áudio e vídeo em todo o Judiciário estadual. O novo serviço substituiu a estenotipia computadorizada.

Agora, com o processo eletrônico em todas as comarcas, os arquivos das audiências são produzidos e automaticamente vinculados aos respectivos autos. A gravação das audiências é realizada pela empresa Softplan.

O sistema foi adquirido em meados de 2012 e implantado, como piloto, em algumas varas. Todos os equipamentos necessários foram adquiridos e implantados em fevereiro de 2013 e, a partir de então, foi iniciado o processo de implantação em todo o estado. A implantação foi concluída em maio de 2013 e todas as varas do Estado, exceto o Juizado Central, já fazem uso da ferramenta.

A Secretaria de Tecnologia da Informação do TJMS trabalha para evoluir a ferramenta em pontos como: integração com o sistema SG5 para visualização das audiências e a disponibilização das audiências gravadas no portal e-SAJ.

O novo sistema traz como funcionalidade a configuração dos dispositivos de gravação da sala de audiência, gravação e reprodução de áudio e vídeo, além da edição, exportação e segurança das gravações.

Um ponto importante, além de abranger um maior número de localidades, é a economia de custos que o novo contrato proporciona, que gira em torno de 61% ao ano. A vantagem em utilizar a gravação, em tempos de processo eletrônico, está na agilidade e comodidade, pois o magistrado não perde tempo “reduzindo a termo os depoimentos”. O arquivo da audiência passa a fazer parte do processo, sem a necessidade de transcrição.

Tribunal distribui notebooks aos magistrados



Atualmente, no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul todos os magistrados estão em posse de notebooks e os utilizam para agilizar o trabalho, seja nas dependências do judiciário ou em qualquer lugar que haja acesso à internet.

A solicitação dos magistrados foi atendida pela Presidência e para a aquisição e distribuição dos equipamentos foi realizado um trabalho minucioso de elaboração do Termo de Referência de maneira que pudesse ser aberta uma licitação que permitisse concorrência, mas que limitasse a um equipamento de qualidade.

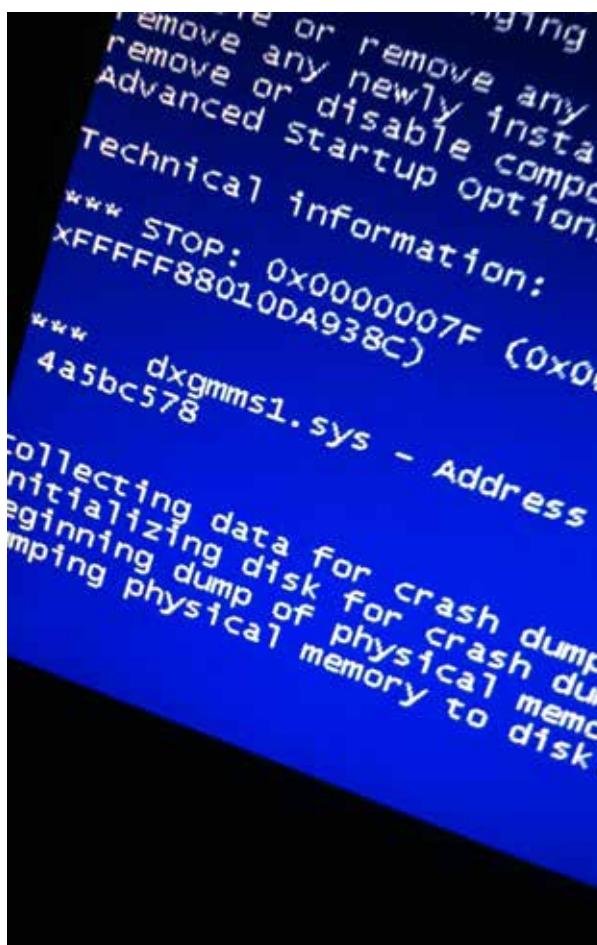
O pregão foi realizado em abril de 2013 e a empresa vencedora foi a HP, que apresentou um equipamento com alta capacidade de processamento, armazenamento e durabilidade. Os notebooks foram recebidos em julho e em agosto foi iniciada a distribuição.

TI implanta monitoramento centralizado de serviços

Com o objetivo de melhorar a qualidade dos diversos serviços realizados simultaneamente pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça e oferecer respostas mais rápidas para as demandas, foi iniciado um projeto que centraliza o monitoramento de todos os serviços de TI por uma única equipe que, em caso de ocorrências de alarme, encarrega-se de acionar as equipes de solução responsáveis.

A implantação se deve à grande quantidade de serviços de TI realizados, divididos em três departamentos que compõem a Secretaria de TI, o que tornava esse monitoramento cada dia mais complexo.

Como os analistas que faziam o monitoramento dos serviços nos departamentos, de forma independente, possuem outras atribuições, o trabalho de monitoramento ficava comprometido e o resultado não saía conforme esperado. Essa realidade deve mudar com a centralização.



Links redundantes mantêm funcionamento de sistemas da justiça estadual

Até 2013, o Judiciário de MS possuía apenas um contrato com a empresa de telefonia Oi para o fornecimento do link de comunicação com as 54 comarcas do estado. Apesar de os links da Oi estarem atendendo a demanda, a perda de comunicação com as comarcas ocorria com certa frequência, devido ao rompimento de fibra ou falha de algum equipamento da empresa prestadora de serviço.

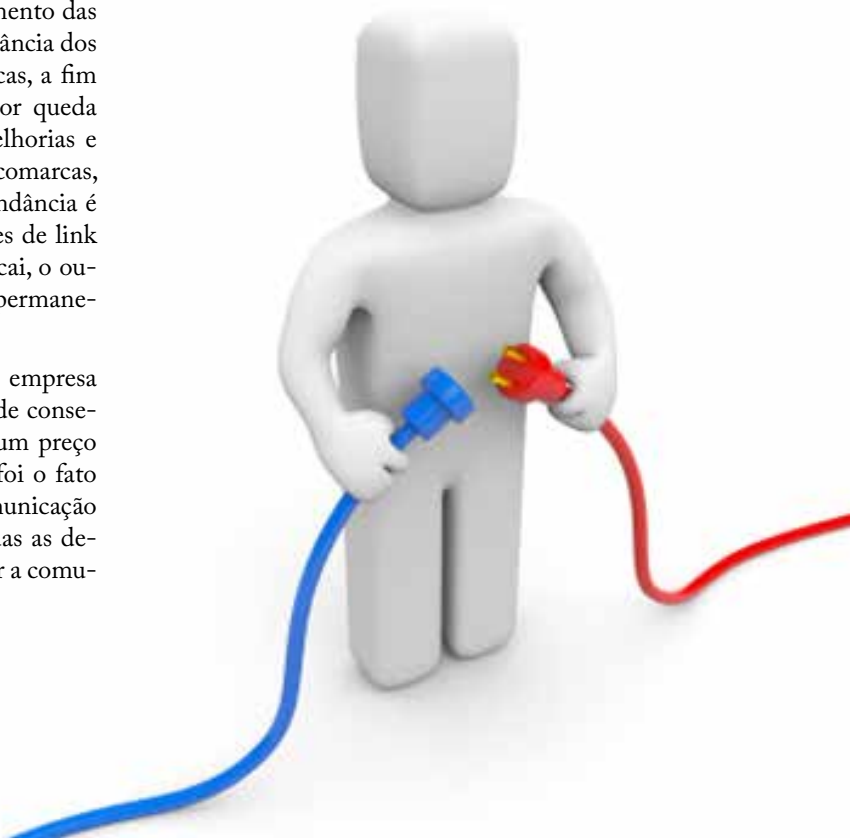
Com o processo eletrônico e a utilização de diversos sistemas pela rede da justiça estadual, o impacto de uma falha na comunicação é muito alto para a comarca. Dependendo da situação, os servidores devem ser dispensados do trabalho pelo fato de não terem possibilidade de realizar nenhuma de suas atribuições.

Diante dos fatos, a Secretaria de TI iniciou um projeto para fazer o levantamento das possibilidades de se implantar redundância dos links de comunicação com as comarcas, a fim de eliminar os prejuízos causados por queda destes links, bem como possíveis melhorias e aquisições de infraestrutura para as comarcas, de forma a otimizar os links. A redundância é o fornecimento de duas possibilidades de link para as comarcas, assim, quando um cai, o outro assume a transmissão e o sistema permanece em funcionamento.

Estudos e negociações com a empresa Embratel se iniciaram com objetivo de conseguir o fornecimento do serviço por um preço razoável. O complicador do projeto foi o fato de a Embratel só possuir fibra de comunicação em 21 comarcas do Estado. Para todas as demais comarcas seria necessário utilizar a comunicação por satélite.

Diante da disponibilidade financeira do PJMS e a particularidade dos procedimentos, a Embratel desenvolveu este novo serviço e fez adaptações. Em junho foi possível firmar o contrato com a empresa para a implantação dos links e, em outubro, foram concluídas as instalações em todas as comarcas e os benefícios desta redundância já são percebidos.

O projeto foi finalizado pela Secretaria de TI no mês de dezembro, pois, apesar de os links estarem redundantes desde outubro, a mudança do link da Oi para Embratel, em casos de quedas, ainda era feita manualmente. Desde dezembro, o mecanismo é automatizado e a substituição de links, em caso de queda, ocorre quase simultaneamente.





Judiciário de MS substitui 1.000 microcomputadores em 2013

O Poder Judiciário de MS possui aproximadamente 2.000 equipamentos que estão com vida útil entre quatro e cinco anos. Apesar de estarem em bom estado de funcionamento, sua capacidade de processamento está abaixo do ideal para se trabalhar com o processo eletrônico. Além disso, o recomendável para este tipo de equipamento é que se faça a renovação a cada quatro ou cinco anos, para que se evite a ocorrência de falhas sucessivas com o excesso de uso.

Visando proporcionar um equipamento de qualidade para magistrados e servidores, em 2013 foi iniciado um projeto para troca destes equipamentos mais antigos. Em maio foi realizado o pregão e o registro de uma ata de 2.000 computadores para serem empenhados gradativamente na medida em que for avançando o procedimento de troca. O microcomputador

vencedor foi da marca Lenovo (divisão da IBM para microcomputadores).

Até o final de 2013 foram empenhados e entregues pelo fornecedor 1.000 microcomputadores, que foram utilizados para troca nos Gabinetes dos Desembargadores, Secretaria do TJMS e Fórum de Campo Grande. Em 2014, as trocas na Capital serão finalizadas e terão início as trocas nas comarcas do interior.

Sistema e-SAJ possibilita emissão de diligência para oficial de justiça

The screenshot displays the 'e-SAJ Portal de Serviços' interface for 'Diligências de Oficial de Justiça'. The breadcrumb trail is 'Bem-vindo > Custas Processuais > Custas de 1ª Grau > Diligências de Oficial de Justiça'. The page title is 'Diligências de Oficial de Justiça'. A progress bar shows three steps: '1 Informar Dados Básicos', '2 Calcular Recolhimentos', and '3 Emitir Boleto'. The 'Dados do cálculo' section contains the following fields:

Tipo do número	<input checked="" type="radio"/> Unificado <input type="radio"/> Outros
Número do processo	<input type="text"/>
Foro*	<input type="text" value="Caxilândia"/>
Classe*	<input type="text" value="Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária"/>
Valor da ação/condenação*	<input type="text" value="39.992,46"/>
Data do valor da ação*	<input type="text" value="21/11/2011"/>
Nome do interessado*	<input type="text"/>
Código de segurança*	<input type="text" value="XJIKK"/> <input type="button" value="Esquite as letras"/> <input type="button" value="Gerar novo código"/>

Below the security code, there is a text input field 'Digite o código aqui' with the value 'xjikk' and buttons 'Avançar' and 'Limpar'.

Desde o dia 10 de junho de 2013, o portal de serviços e-SAJ passou a emitir as guias e boletos bancários referentes às diligências dos oficiais de justiça. A atualização veio para facilitar o trabalho dos advogados, pois o sistema já efetua o cálculo do valor das custas a ser pago mediante a quantidade de atos e/ou quilometragem informada, além de o pagamento poder ser feito em qualquer agência bancária ou pelo internet banking.

A novidade foi implantada diante da dificuldade de gestão financeira em relação às custas de diligências para oficiais de justiça. Não havia uma gestão centralizada para este tipo de custas. As partes dos processos faziam o depósito de custas para diligências em contas bancárias vinculadas às comarcas que as controlavam. A administração do TJMS não fazia ideia dos valores

existentes nestas contas, muito menos do fluxo de entrada e saída de valores.

Com o novo sistema, as guias, quando pagas pela parte, geram uma informação pelo banco que, integrado ao SAJ, automaticamente retira a pendência de pagamento de custas. A nova guia gerada direciona o valor depositado para uma conta centralizada e controlada pela administração do TJMS. Assim, a administração dos valores e dos pagamentos de valores de despesas de diligência aos oficiais de justiça fica sob a responsabilidade do TJMS.

A conclusão do projeto possibilitou a regularização da situação de custas para mandados de oficiais de justiça e também que o advogado gere a guia pelo Portal sem que haja a necessidade de apresentação do comprovante original.

Negociação evolui contratos do TJMS com a Softplan

Em 2013, o Tribunal de Justiça de MS iniciou um movimento de união dos tribunais clientes da Softplan: TJSC, TJSP, TJBA, TJAL, TJRN, TJCE, TJAM, TJAC e TJMS. O objetivo foi fortalecer a negociação e iniciar um novo modelo contratual conjunto, a fim de estabelecer critérios, padrão de precificação, garantias de qualidade, desenvolvimento de novas demandas, retenções e multas. As negociações se iniciaram nos primeiros meses do ano e se estenderam até novembro e o contrato foi estabelecido em dezembro de 2013.

São três contratos com a empresa Softplan referentes ao sistema SAJ. O contrato 01.157/2010 está relacionado ao suporte a dúvidas e correções de falhas, bem como o direito de acesso a novas versões do sistema, desde que devidamente homologadas e aceitas pelo Judiciário de MS. Este contrato estabelece um banco de horas que deverá ser cobrado do PJMS, além do valor pago mensalmente, em casos de solicitações de mudança no sistema pela justiça estadual.

Deficiências neste contrato não permitiam ao Tribunal aplicar qualquer tipo de multa ou sanções para casos de falhas da Softplan, difi-

cultando assim à administração tomar medidas punitivas quando necessário. No mesmo padrão estava o contrato 01.101/2012, referente ao serviço de manutenção corretiva e evolutiva do módulo de gravação de audiências

O contrato 01.105/2010 refere-se à contratação de técnicos da Softplan para o auxílio no monitoramento e manutenção dos servidores de aplicação e bancos de dados de todos os sistemas SAJ instalados no judiciário sul-mato-grossense. Apesar de muito importante, o contrato também possuía uma série de falhas, deixando itens técnicos importantes de fora e também não dispunha de artigos punitivos em caso de falhas da Softplan.

A tentativa de “endurecer” estes contratos não era tarefa fácil, devido ao fato de a Softplan não possuir empresas concorrentes, o que a deixa em situação confortável em relação aos contratos. Com a união dos nove tribunais usuários do sistema, foi possível melhorar a complexa situação.



TJMS integra e-SAJ com Cadastro Nacional dos Advogados

A Secretaria de Tecnologia da Informação do TJMS, dando continuidade ao trabalho de melhoria constante nos serviços oferecidos, integrou o sistema e-SAJ ao Cadastro Nacional dos Advogados – CNA, mantido pelo Conselho Federal da OAB. Assim, não é mais necessário o credenciamento do cadastro do advogado pelo Tribunal, sendo os dados validados automaticamente.

Após se cadastrar no e-SAJ, sempre que o advogado identificar-se no portal e-SAJ, o sistema consultará o CNA para verificar se houve alguma alteração e, caso algum dado esteja incorreto, o advogado deverá entrar em contato com a OAB do seu Estado para solicitar a correção.

Consulta - Com o objetivo de facilitar o trabalho dos operadores do Direito que utilizam o portal e-SAJ no âmbito da Justiça Estadual de

MS, foi disponibilizado no sistema um acesso com perfil “Assessor”, que permite consultar petições, cadastrar petições iniciais e intermediárias, para que posteriormente os seus superiores as assinem e as enviem, assim como visualizar processos de acordo com a configuração de seu superior, ou seja, advogados, defensores públicos, procuradores e promotores de justiça. Com o acesso, os assessores podem auxiliar o advogado nas atividades referentes a esse perfil.

Obras melhoram infraestrutura de edificações do Judiciário

O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul investiu no ano de 2013 no setor de infraestrutura para melhorar as condições de trabalho de servidores e as instalações para o atendimento ao jurisdicionado. Reformas e construções necessárias para comportar as exigências da sociedade de Mato Grosso do Sul foram concluídas e ainda estão em andamento para adequação à crescente demanda da justiça sul-mato-grossense.

Relatório da Secretaria de Obras aponta que no ano de 2013 três obras foram finalizadas, 10 estão em andamento, três em licitação e oito estão em fase de levantamento.

Dois prédios de Fóruns foram finalizados em 2013: a construção em Nova Alvorada do Sul e a reforma em Chapadão do Sul. Com previsão para 2014 é possível citar a construção dos fóruns de Sete Quedas, Miranda e Coxim.

Quanto às reformas, citem-se as comarcas de Rio Verde e Ivinhema, com as devidas ampliações. A equipe da Secretaria de Obras também acompanha e fiscaliza a sala segura da STI, além de responder pela reforma do Crei, ampliação de estacionamento, central de segurança, troca parcial da cobertura do TJMS, controle de acesso ao Fórum de Campo Grande, fiscalização do projeto de segurança do Poder Judiciário, entre outros.



Confira a tabela completa da programação do biênio 2013/2014.

I – OBRAS FINALIZADAS

- 1- Construção da Edificação do Fórum de 1ª Entrância de Nova Alvorada – obra concluída em julho de 2013;
- 2- Reforma da edificação do Fórum de Chapadão do Sul – obra concluída em novembro de 2013;
- 3- Reparos e pintura da edificação do Fórum de Porto Murtinho – obra concluída em setembro 2013.

II – OBRAS EM ANDAMENTO

- 1- Construção da edificação do Fórum de 1ª Entrância de Sete Quedas – previsão de término para março 2014;
- 2- Reforma com ampliação da edificação do Fórum de Rio Verde – previsão término março 2014;
- 3- Construção do Fórum de 2ª Entrância (02 varas) da Comarca de Miranda – previsão de término para abril de 2014;
- 4- Reforma com ampliação do Fórum da Comarca de Ivinhema – previsão de término para fevereiro 2014;
- 5- Acompanhamento e fiscalização da Sala Segura da STI – previsão de término para março 2014;
- 6- Reforma do Crei, ampliação de estacionamento, central de segurança, troca parcial da cobertura do Tribunal de Justiça – previsão de término para maio de 2014;
- 7- Construção da edificação do Fórum 2ª Entrância (03 varas) da Comarca de Coxim – Início em dezembro de 2013 com previsão de término para dezembro de 2014;
- 8- Controle de Acesso da edificação do Fórum de Campo Grande – início de dezembro de 2013 com previsão de término para março de 2014;
- 9- Fiscalização do Projeto de Segurança do Poder Judiciário – previsão de término para abril de 2014; e
- 10- Projeto de som e filmagem plenários do Tribunal de Justiça e Fórum de Campo Grande – em análise de projetos.

III – OBRAS EM LICITAÇÃO

- 1- Reparos e pintura da edificação do Fórum de Amambai;
- 2- Reparos e pintura da edificação do Fórum de Rio Negro; e
- 3- Terceirização da mão de obra de manutenção predial.

IV – OBRAS EM LEVANTAMENTO

- 1- Instalação de elevador na edificação do Fórum de Paranaíba – em execução projeto e orçamento;
- 2- Reforma da edificação do Fórum de Jardim – previsão para o início de 2014 levantamentos “in loco”, projetos, quantificação memorial, orçamento e licitação;
- 3- Reforma da edificação do Fórum de Pedro Gomes – previsão para o início de 2014 levantamentos “in loco”, projetos, quantificação memorial, orçamento e licitação;
- 4- Reforma da edificação do Fórum de Glória de Dourados – previsão para o início de 2014 levantamentos “in loco”, projetos, quantificação memorial, orçamento e licitação;
- 5- Reforma da edificação do Fórum de Cassilândia – previsão para o início de 2014 levantamentos “in loco”, projetos, quantificação memorial, orçamento e licitação;
- 6- Reforma da edificação do Fórum de Nova Andradina – previsão para o início de 2014 levantamentos “in loco”, projetos, quantificação memorial, orçamento e licitação;
- 7- Reforma da edificação do Fórum de Aparecida do Taboado – previsão para o início de 2014 levantamentos “in loco”, projetos, quantificação memorial, orçamento e licitação; e
- 8- Reforma da edificação do Fórum de Costa Rica – previsão para o início de 2014 levantamentos “in loco”, projetos, quantificação memorial, orçamento e licitação;

Gestão de Pessoal implanta ações em prol de servidores



Em 2013, a Secretaria de Gestão de Pessoal desenvolveu vários programas, alcançando um alto índice de envolvimento dos servidores do Judiciário de Mato Grosso do Sul. Exemplo disso é o programa de Educação e Controle em Hipertensão Arterial, desenvolvido nas dependências do Fórum de Campo Grande, do Juizado Central e da Secretaria do Tribunal de Justiça.

O programa foi realizado de abril a junho de 2013 para magistrados e servidores a partir dos 40 anos. A equipe de saúde aferiu a pressão arterial nos postos de trabalho, respeitada a normatização do Ministério da Saúde. No total, foram 856 atendimentos, sendo 423 no Fórum, 339 na Secretaria do TJMS e 94 no Juizado Central.

Outra proposta importante é a Alimentação Saudável, visando promover saúde, prevenção e recuperação de doenças e agravos nutricionais, além de informar ou diluir dúvidas sobre alimentação e nutrição. O programa é coordena-

nado pela nutricionista do TJMS, que atendeu 140 solicitações encaminhadas por e-mail e 355 consultas presenciais.

Não se pode esquecer do Adicional de Qualificação, programa instituído por meio da Resolução nº 55/2011 e concedido a servidor efetivo do quadro permanente ou provisório, em atividade, quando da conclusão de formação em grau de escolaridade ou curso técnico acima do exigido para o ingresso no respectivo cargo efetivo, ou da conclusão de cursos de pós-graduação lato sensu (nível de especialização) e stricto sensu (mestrado ou doutorado).

Foram concedidos em 2013 mais de 270 adicionais, dos quais três para o ensino médio, 52 para graduação e 221 resultantes de pós-graduação (especialização).

Desde junho está funcionando o sistema eletrônico para avaliação de estágio probatório. A alteração é resultante da Resolução nº 90/2013,

que modificou dispositivos da Lei nº 4.322/2013 e da Resolução nº 41/2010. Isso significa que no estágio probatório são avaliadas aptidão e capacidade para o desempenho das atribuições do cargo, sem esquecer que a condição para declaração da estabilidade é a aprovação no estágio probatório durante três anos de exercício no cargo efetivo. Neste quesito, foram avaliados 196 servidores por meio eletrônico e 132 por formulário físicos, já que começaram antes da implantação da avaliação tecnológica. Quarenta e dois servidores foram declarados estáveis durante o ano.

A SGP também prezou pela promoção de acessibilidade a pessoas com deficiência, avaliando a compatibilidade entre as funções do cargo e a deficiência apresentada pelo servidor. Foram atendidas e acompanhadas 13 pessoas.

Licenças e afastamentos também estiveram em evidência. Na prática, o serviço social do TJMS é responsável por acompanhar licenças para tratamento da própria saúde, analisando a documentação e confirmando sua regularidade. Neste caso, foram analisadas 1.169 licenças.

No referente ao programa de acompanhamento das licenças de doença em pessoa da família, a verificação é feita por meio de relatório firmado por assistente social. Este ano foram elaborados 24 relatórios.

Para desenvolver o projeto de Acompanhamento Técnico dos Servidores das Comarcas foram visitadas 53 comarcas do interior e, em quatro anos de trabalho, foram entrevistados

individualmente 1.345 servidores, número que correspondente a 88,6% do total. Os dados permitiram a elaboração de relatório com críticas, sugestões e levantamento de dificuldades.

Um dos mais esperados foi o Programa de Preparação para Aposentadoria. Iniciada em maio, a proposta visa orientar a busca de informações sobre o processo de aposentadoria, possibilitar o desenvolvimento de novas habilidades e atividades, bem como o resgate de potencialidades, proporcionar a oportunidade de planejar a nova fase da vida contemplando aspectos sociais, econômicos, de saúde e afetivos, que poderá ser seguido após a aposentadoria, e favorecer a discussão sobre os aspectos do final da carreira, buscando melhor desempenho e motivação pelo trabalho.

Novos servidores – Somente no período de janeiro a novembro de 2013, foram nomeados 222 novos servidores em cargos efetivos e 138 em cargos em comissão. Destes, 128 foram destinados à Secretaria do Tribunal de Justiça e 232 para as comarcas.



Tribunal adquire novos veículos para atender serviços



No ano de 2013, foram adquiridos 24 novos veículos para atender diversas áreas do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. Para a aquisição da nova frota de veículos investiram-se mais de R\$ 2 milhões.

São 10 veículos Fiat Mille Way, cinco Chevrolet Picape S10, dois veículos Toyota, sendo um sedan Camry e uma camionete SW4, e sete veículos Mercedes-Benz, modelo Sprinter, sendo uma van para transporte de passageiros e seis unidades móveis para atendimento ao Juizado de Trânsito.

Leilão - No último leilão de bens patrimoniais móveis inservíveis ao Poder Judiciário - Leilão Público nº 001/2013 (veículos automotores e arquivos eletrônicos), realizado em 30 de setembro de 2013, foram arrecadados R\$ 533 mil referentes à venda dos lotes de veículos.

Circuito de Bem-Estar visa qualidade de vida no trabalho



Como parte do Programa Qualidade de Vida no Trabalho, em parceria com empresas colaboradoras, o Poder Judiciário de MS realizou o Circuito de Bem-Estar no ano de 2013. Durante o ano, além da Capital, a administração do TJMS implantou o projeto em comarcas do interior do Estado, tendo como objetivo a melhora da qualidade de vida de servidores, magistrados e colaboradores do Poder Judiciário Estadual.

Com ações de saúde e bem-estar em evento de caráter coletivo, em abril a proposta foi desenvolvida em Ponta Porã, quando se atendeu 81 pessoas da comarca, entre servidores, estagiários e familiares, além de 26 servidores e 3 aposentados de Amambai.

Foram disponibilizadas orientações sobre saúde e cuidados com o coração, aferiu-se pressão arterial e foram realizados exames de dosagem da glicose em 70 servidores. Projetos do TJMS como Saúde Bucal e Alimentação Saudável também foram levados à comarca, onde

os servidores desfrutaram de atendimento psicossocial e orientação sobre planos de saúde. As palestras realizadas durante o circuito abordaram os temas Programação Financeira, Saúde Bucal, Transtornos Mentais e Impacto Social.

O mesmo circuito foi realizado em junho na Comarca de Três Lagoas, com atendimento de 74 servidores de Três Lagoas, cinco de Brasi-lândia, quatro de Água Clara e dois de Bataguassu. Sessenta servidores aferiram pressão arterial e fizeram exame de dosagem de glicose.

A exemplo do evento anterior, empresas parceiras proporcionaram orientações sobre saúde e cuidados com o coração, apresentaram alimentos orgânicos e fitoterápicos. Uma fisio-terapeuta ofereceu massagem relaxante e laboral a 40 servidores e houve atendimento psicossocial a outros 14. Com palestrantes diferenciados, discutiram-se os temas Educação Financeira, Transtornos Mentais e Impacto Social de Prevenção às Drogas.

No dia 29 de outubro foi a vez da Secretaria do TJMS, quando foi proferida palestra sobre Doença Mental e Ambiente de Trabalho, com a participação de mais de 100 servidores. No circuito foram realizadas ações de orientação à saúde, alimentação e bem-estar.

A equipe de odontólogos do TJMS atendeu por meio do Programa de Saúde Bucal, a nutricionista do TJMS explicou o programa Alimentação Saudável, a rede feminina do combate ao câncer divulgou o Outubro Rosa, com ênfase na prevenção do câncer de mama, e uma empresa colaboradora apresentou produtos naturais.

Quarenta e um servidores usufruíram de massagem rápida, 33 participaram do programa Viva Saúde, cinco servidoras participaram da coleta para o exame preventivo do câncer de colo de útero e a equipe de um hospital explicou o programa Cuidados com seu Coração, realizando 106 exames de glicose.

No dia 30 de outubro, o Circuito de Bem-Estar foi realizado no Fórum de Campo Grande, com a reapresentação da palestra Doença Mental e Ambiente de Trabalho. Foram disponibilizados os mesmos stands da Secretaria do TJMS no dia anterior, quando 29 servidores passaram

pela massagem rápida, 30 participaram do programa Viva Saúde, 16 servidoras fizeram a coleta para o exame preventivo do câncer de colo de útero e 102 realizaram exames de glicose.

E para finalizar as atividades de 2013, no dia 8 de novembro foi realizado o Circuito de Bem-Estar no Juizado Central de Campo Grande, onde se repetiram as atividades realizadas na Secretaria do TJMS e no Fórum da Capital, com exceção da palestra. Na abertura houve a participação do coral do Tribunal de Justiça que abrihantou o evento.

No Juizado, vinte e dois servidores usufruíram da massagem rápida, 29 participaram do programa Viva Saúde, 16 servidoras fizeram a coleta para o exame preventivo do câncer de colo de útero e 82 realizaram exames de glicose.



Auxílio educação infantil beneficia servidores do Judiciário

Maio de 2013 marcou uma data importante para os servidores do Poder Judiciário que têm filhos: a partir deste mês começou a ser pago o auxílio educação infantil. O benefício, que atualmente alcança 434 servidores e 471 crianças, é concedido para crianças de até cinco anos e 11 meses matriculadas em creche ou pré-escola. A medida foi adotada para dar tratamento igualitário aos servidores das 54 comarcas do Poder Judiciário.

Segundo a Portaria nº 443, de 11 de março de 2013, que regulamentou a concessão do auxílio, o benefício é concedido ao servidor ativo e abrange aqueles com criança sob guarda judicial. Cessará o pagamento do benefício a partir da data de aniversário de seis anos de idade da criança.

A regulamentação traz ainda as situações em que o servidor não faz jus ao pagamento do auxílio educação infantil, que será pago até o limite de dois filhos por servidor ou casal de servidores, não podendo o número de mensalidades exceder a doze, por criança, em cada exercício. Na hipótese de ambos os pais pertencerem ao quadro de servidores do Poder Judiciário, apenas um fará jus ao benefício.

O valor do auxílio educação infantil é de R\$ 300,00 e será reajustado sempre que identificada sua defasagem, observados os indicadores econômicos oficiais e disponibilidade orçamentária.



Família de servidores do Judiciário passa a contar com auxílio-funeral

Acrescentado pela Lei nº 4.322, de 5 de março de 2013, o auxílio-funeral passou a fazer parte dos auxílios pecuniários aos quais o servidor tem direito, conforme estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

Assim, desde a publicação da alteração do Estatuto, em 6 de março, o auxílio-funeral será pago à pessoa da família, em decorrência do falecimento do servidor ativo ou inativo, no valor equivalente à remuneração inicial do cargo efetivo de analista judiciário, símbolo PJJU-1.

Para solicitar o benefício, o interessado deve formalizar o requerimento, no prazo máximo de trinta dias a contar da data do óbito, devidamente acompanhado da respectiva certidão. De acordo com a lei, na eventualidade de tais despesas serem suportadas por terceiro, será exigida, além da apresentação do requerimento, a comprovação dos gastos com o funeral.



Coordenadoria gerencia processos findos das comarcas do interior

Devido às precárias condições dos arquivos das comarcas do interior, onde muitas vezes os autos são armazenados em locais com estruturas deficitárias e inadequadas, e com o objetivo de melhorar o gerenciamento dos processos arquivados em primeira instância, foi criada, por meio da Lei n. 4.329, de 27 de março de 2013, a Coordenadoria do Arquivo Judicial Centralizado, com a finalidade de receber os processos findos oriundos das comarcas do interior de Mato Grosso do Sul.

Para a criação da Coordenadoria, que fica vinculada à Secretaria Judiciária, foi feito um estudo acerca da situação dos processos arquivados. Da apuração, foi verificada a existência de mais de 150 mil caixas em 1ª e 2ª entrância e Dourados, sendo mais de 106 mil processos com mais de cinco anos de arquivamento.

Os processos judiciais da justiça comum, arquivados definitivamente há mais de cinco anos, podem ser remetidos à Coordenadoria, de acordo com cronograma fornecido pela Secretaria de Bens e Serviços. Os autos encaminhados são cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Arquivo, acondicionados em caixas e armazenados em local apropriado.

Em caso de pedido de desarquivamento, os processos são digitalizados e convertidos em formato eletrônico no SAJ, ficando disponíveis para consultas. Apenas os processos de difícil digitalização são remetidos via malote.

A criação da Coordenadoria do Arquivo Judicial Centralizado possibilita um tratamento uniforme aos processos arquivados de todo o Estado, facilitando o manuseio e, se for o caso, possibilitando, futuramente, uma política igualitária de descarte.

Sua implementação permitiu, ainda, um maior aproveitamento de espaço físico nos prédios dos Fóruns estaduais.



Biblioteca implanta novo sistema de gerenciamento e segurança



A fim de aprimorar os serviços prestados pela Biblioteca do Tribunal de Justiça, foi adquirido um sistema eletrônico de segurança que, além de tornar o ambiente mais seguro, permite um melhor gerenciamento do acervo bibliográfico.

Todo o material que compõe a Biblioteca (livros, periódicos, CD's, DVD's) recebe uma etiqueta protetora de tecnologia eletromagnética que deve ser desativada quando o empréstimo for realizado (para que não haja disparo do alarme) e reativada quando da devolução do material.

A instalação do referido sistema trouxe maior comodidade no trato entre servidores e consulentes, na medida em que uma possível solicitação de verificação de material na saída do consulente se faz necessária apenas em caso de disparo do mecanismo.

Ademais, o sistema permite maior celeridade e confiabilidade na execução de inventário do acervo, eis que a verificação do quantitativo

de livros, periódicos e multimídias pode ser realizada por meio das etiquetas eletromagnéticas, não sendo mais necessário o fechamento da Biblioteca nos dias de execução de tal serviço.

Matrícula on-line e empréstimo via malote - Desde agosto de 2013, a Biblioteca disponibiliza os serviços de matrícula on-line e empréstimos via malote aos magistrados e servidores das comarcas de Campo Grande e do interior.

Com essa inovação, os serventuários da justiça de todo o Estado passaram a ter acesso direto ao acervo da Biblioteca, podendo solicitar empréstimos de material bibliográfico (livros, periódicos e multimídia) que será remetido às comarcas, segundo cronograma fornecido pela Coordenadoria de Apoio e Atendimento ao Público (serviço de malote).

Canal eletrônico aproxima presidente do TJMS e servidores

Desde o dia 25 de fevereiro de 2013, os servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul têm um canal direto com o Presidente do TJMS, Des. Joenildo de Sousa Chaves. O “Fale com o Presidente” está na intranet e abre a possibilidade de um contato direto com o gestor. A ferramenta inaugurou a aproximação da administração com os servidores. Somente no primeiro mês de utilização, o presidente do Tribunal respondeu mais de 200 e-mails recebidos de servidores de todo o estado.

O “Fale com o Presidente” segue os moldes dos fale conosco, porém a mensagem é direcionada ao próprio Presidente. Depois de tomar conhecimento da mensagem do servidor, as providências são tomadas. Na mesma ação de leitura deste sistema criado para dar suporte ao Fale com o Presidente, o Des. Joenildo reencaminha a mensagem para os e-mails de quem vai dar solução à demanda ou resolver pessoalmente.

O Fale com o Presidente dá acesso a quem está na ponta do processo da justiça e contribui com o desenvolvimento da prestação jurisdicional. Além de solicitações, reclamações e sugestões de melhorias, há a possibilidade de elogiar e passar informações.



TJ inaugura Espaço Cultural Desa. Marilza Lúcia Fortes

Em solenidade realizada no dia 29 de maio, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul inaugurou o Espaço Cultural Desa. Marilza Lúcia Fortes. Durante o ano de 2013 foram realizadas três exposições no local.

O espaço foi preparado para atender artistas que desejam mostrar seu trabalho a magistrados e servidores do Poder Judiciário na Capital. Anteriormente, as exposições artísticas eram realizadas no saguão do Palácio da Justiça.

O nome do espaço é uma homenagem à desembargadora que faleceu em setembro de 2012. Marilza Lúcia Fortes ingressou na carreira em 1980 e foi juíza auditora da Justiça Militar até março de 2006, data de sua promoção como integrante da mais alta Corte de Justiça de MS.





Tribunal disponibiliza pautas de julgamento em TVs nos plenários

Desde o dia 27 de agosto, quem passa pelo corredor de acesso aos plenários do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, depara-se com três televisores com as listas das pautas de julgamento das seções, câmaras, Órgão Especial e Tribunal Pleno. Os equipamentos substituem as antigas listas em papel afixadas no mural.

Os aparelhos de televisão funcionam de forma dinâmica, atualizando a pauta de cada órgão julgador de acordo com a publicação oficial realizada pela Secretaria Judiciária no Sistema de Automação da Justiça (SAJ). As pautas do período matutino ficam disponíveis a manhã toda e à tarde entram as pautas vespertinas.

Dois layouts são utilizados. Um mostra uma lista e, ao mesmo tempo, tem um espaço para divulgação de eventos e serviços do TJ na

mesma tela e no outro há duas listas que podem mostrar a atualização em tempo real, ou seja, quando o secretário do plenário atualizar a pauta, acrescentando julgado, as tvs já irão mostrar a atualização. Na tela aparecem de 30 a 32 processos listados por vez e de forma sequencial e de 15 em 15 segundos a página roda. Além de economizar rotinas de trabalhos e papel, o visual ficou melhor e traz uma sensação de modernidade.

Comunicação divulga ações do Judiciário de MS

Com o objetivo de promover o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul junto à sociedade, a Secretaria de Comunicação Social do Tribunal de Justiça efetuou diversas ações durante o ano de 2013 nas áreas de imprensa, publicidade e relações públicas. A partir deste trabalho, o TJMS espera dar amplo conhecimento das políticas públicas e programas do Poder Judiciário, disseminar informações corretas sobre assuntos que sejam de interesse público para os diferentes segmentos sociais e que envolvam as ações da justiça estadual, além de atingir cada vez mais o público em geral, tornando o Judiciário de MS um órgão de fácil acesso.

Dados coletados de 1º fevereiro a 31 de outubro de 2013 apontam que foram produzidas 1.437 matérias lidas por mais de um milhão e seiscentas mil pessoas. Destas, 608 trataram de decisões judiciais de magistrados de 1º Grau e dos colegiados do Tribunal de Justiça.

Foram produzidas ainda duas edições da revista TJMS em Notícias, a primeira de fevereiro a maio e a segunda de junho a setembro de 2013. Com periodicidade quadrimestral, a revista informativa reúne as principais informações e acontecimentos do Tribunal de Justiça e demais órgãos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Vídeo – Lançado no dia 18 de setembro, o “Notícias TJMS” é um boletim semanal com as principais notícias do poder judiciário estadual. Além do boletim, reportagens exclusivas foram apresentadas ao público em geral pelo Portal, Youtube e Facebook do Tribunal de Justiça.

A Secretaria de Comunicação lançou também, no dia 20 de setembro, o “Justiça Compartilhada”, um programa de entrevistas com os principais personagens do meio jurídico. O programa de estreia foi com o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Des.





Joenildo de Sousa Chaves, e no ano de 2013 foram exibidos oito programas com entrevistas de desembargadores do Tribunal de Justiça.

No ano de 2013 ainda foram produzidos mais de 20 vídeos publicitários e institucionais sobre ações, eventos do judiciário, propaganda de serviços disponibilizados pelo Poder Judiciário de MS e temas diversos relacionados à justiça.

A Secretaria também executa programas de ações continuadas, podendo-se destacar o Conheça o Judiciário, que realizou diversas visitas de acadêmicos das Universidades ao Tribunal de Justiça, Foco no Servidor, publicação semanal do perfil de servidores do Poder Judiciário no Facebook, Minicorrída do Judiciário, realizada anualmente no mês de maio, visando estimular as atividades físicas entre os servidores; Concurso de Fotografias e a Festa Junina.

Campanhas publicitárias – A Coordenadoria de Relações Públicas desenvolveu inúmeras campanhas publicitárias institucionais, direcionadas ao jurisdicionado e aos servidores. Dentre estas, destacam-se as campanhas desenvolvidas no mês de outubro para divulgar a Central de Serviços da Secretaria de Tecnologia da Informação, a de divulgação das redes sociais e a denominada Avalie Seu Conciliador.

Comitê Gestor - Uma gestão participativa começa pela transparência de seus atos e do seu trabalho. E foi com este objetivo que o presiden-

te do Tribunal de Justiça, Des. Joenildo Sousa Chaves, reuniu, no dia 19 de março, representantes dos principais órgãos de imprensa de Campo Grande para apresentar a nova composição do Comitê Gestor de Comunicação Institucional do TJMS, órgão consultivo da Presidência nas questões relacionadas às ações de comunicação social do Poder Judiciário de MS.





JUSTIÇA
COMPARTILHADA



Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul
www.tjms.jus.br

